

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO – LINHA DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA EM
COMÉRCIO EXTERIOR**

GABRIELA DE FÁVERI LUMERTZ

**ESTUDO COMPARATIVO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA PERANTE
OS PAÍSES MEMBROS DO BRICS NO PERÍODO DE 2009 A 2012**

**CRICIÚMA
2013**

GABRIELA DE FÁVERI LUMERTZ

**ESTUDO COMPARATIVO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA PERANTE
OS PAÍSES MEMBROS DO BRICS NO PERÍODO DE 2009 A 2012**

Monografia apresentada para a obtenção do Grau de Bacharel em Administração no curso de Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Júlio César Zilli, Especialista

CRICIÚMA

2013

RESUMO

LUMERTZ, Gabriela de Fáveri. **Estudo comparativo da balança comercial brasileira perante os países membros do BRICS no período de 2009 a 2012.** 2013. 63 p. Monografia do Curso de Administração com Linha de Formação Específica em Comércio Exterior da Universidade do Extremo Sul Catarinense, UNESC.

O acrônimo BRIC foi criado em 2001 pelo economista Jim O`Neill para designar as economias do Brasil, Rússia, Índia e China. O termo ganhou grande repercussão mundial e passou a denominar esse grupo de países emergentes. Este conjunto de nações ganhou destaque, principalmente, depois da crise financeira mundial (2008), pelo fato destes países não terem sido tão afetados como as grandes potências mundiais. Em 2011 a África do Sul integrou-se ao grupo que passou a se chamar BRICS. Neste sentido, o presente estudo apresenta a relação comercial entre o Brasil e os países membros do BRICS no período de 2009 a 2012. A pesquisa realizada foi descritiva quanto aos fins e bibliográfica e documental quanto aos meios de investigação. A técnica de coleta de dados utilizada foi quantitativa e os dados extraídos de sítios eletrônicos federais brasileiros (ALICEWEB) contendo informações de comércio exterior nacional. Os resultados apontam que com exceção da China, o Brasil ainda possui relações comerciais pouco intensas com os demais países do grupo BRICS, principalmente com a África do Sul, sendo imperativo a modificação deste cenário a curto prazo com vistas ao desenvolvimento do comércio exterior nacional.

Palavras-chave: Comércio Exterior. Balança comercial. BRICS.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução das exportações dos maiores exportadores mundiais.....	17
Tabela 2 – Evolução das importações dos maiores importadores mundiais.....	18
Tabela 3 - Dados dos países BRIC e de países não BRIC selecionados – 2010.	23
Tabela 4 - BRICS: Evolução do Comércio Exterior Total 2009 – 2012 (US\$ bilhões).	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais blocos econômicos.....	12
Quadro 2 – Eventos no âmbito BRICS.....	26

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Blocos econômicos regionais.....	14
Figura 2- Evolução das exportações brasileiras.....	38
Figura 3 – Evolução das importações brasileiras.....	39
Figura 4 - Evolução das exportações brasileiras para a Rússia.....	44
Figura 5 - Evolução das importações brasileiras de produtos russos.	45
Figura 6 - Corrente de comércio Brasil – Rússia.....	46
Figura 7 - Evolução das exportações brasileiras para a Índia (US\$ bilhões).	47
Figura 8 - Evolução das importações brasileiras de produtos indianos (US\$ bilhões).	48
Figura 9 - Corrente de comércio Brasil – Índia (US\$ bilhões).	49
Figura 10 - Evolução das exportações brasileiras para a China (US\$ bilhões).....	51
Figura 11 - Evolução das importações brasileiras da China (US\$ bilhões).....	52
Figura 12 - Corrente de comércio Brasil – China (US\$ bilhões).....	53
Figura 13 - Evolução das exportações brasileiras para a África do Sul (US\$ bilhões).	55
Figura 14 - Evolução das importações brasileiras da África do Sul (US\$ bilhões)....	56
Figura 15 - Corrente de comércio Brasil – África do Sul.	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA	8
1.2 OBJETIVOS	9
1.2.1 Objetivo geral	9
1.2.2 Objetivos específicos.....	9
1.3 JUSTIFICATIVA	10
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
2.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA.....	11
2.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	15
2.2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO BRICS.....	20
2.2.1 Primeira cúpula	21
2.2.2 Segunda cúpula.....	22
2.2.3 Terceira cúpula.....	23
2.2.4 Quarta cúpula	25
2.2.5 Quinta cúpula	25
2.2.6 Eventos no âmbito BRICS	26
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	34
3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO	35
3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS	35
3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS.....	36
4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	37
4.1 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA	37
4.2 A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM OS DEMAIS BRICS	40
4.2.1 Relação comercial Brasil x Rússia	42
4.2.2 Relações comerciais Brasil x Índia.....	47
4.2.3 Relações comerciais Brasil x China	50
4.2.4 Relações comerciais Brasil x África do Sul	54
5 CONCLUSÃO.....	58
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

O acrônimo BRIC, cunhado pelo economista Jim O'Neill, chefe de pesquisas do Banco de Investimentos *Goldman Sachs*, para designar a importância das economias dos países Brasil, Rússia, Índia e China no cenário internacional, teve um grande impacto na esfera mundial. Passou de uma estratégia de mercado financeiro a uma estratégia de política internacional.

O grupo não é uma entidade formal existente, porém as reuniões periódicas de Chefes de Estados, que acontecem desde 2009, têm mostrado que passos importantes estão sendo dados para a consolidação mesmo (BAUMANN, 2010).

Em 2011, durante a realização da terceira cúpula dos Chefes de Estados, a África do Sul foi oficialmente integrada ao grupo, que passou a se chamar BRICS.

Estudos recentes indicam que o BRICS poderá se tornar, nos próximos cinquenta anos, a principal força na economia global, superando até mesmo o atual grupo de países desenvolvidos. Nesse sentido, os países do BRICS, em função do tamanho geográfico, população e nível de produto, têm se tornado alvo de crescente interesse (VIEIRA, 2009).

As relações comerciais do Brasil com estes países têm crescido nos últimos anos, principalmente as relações com a China, que tem sido o principal parceiro comercial do Brasil.

O presente estudo tem como principal objetivo analisar a relação comercial do Brasil com os demais países membros deste grupo.

Neste sentido, o trabalho está organizado em cinco capítulos: o primeiro capítulo trata da delimitação do tema, da situação problema, dos objetivos geral e específicos e a justificativa do estudo; o segundo e o terceiro capítulo tratam, respectivamente, da fundamentação teórica, que tem como finalidade contextualizar o estudo, e dos procedimentos metodológicos aplicados no estudo; o quarto capítulo apresenta a análise dos dados e resultados da pesquisa; e o quinto e último capítulo apresenta as considerações finais a cerca do estudo realizado.

1.1 SITUAÇÃO PROBLEMA

A economia mundial vive um processo crescente de internacionalização do capital. Vários fatores, como a abertura dos mercados do mundo inteiro, fizeram

com que uma necessidade de relações entre os países surgisse. Existe ainda uma competição acirrada entre economias periféricas em busca do desenvolvimento e maior inserção na economia mundial.

Países com economias emergentes vêm ganhando espaço no cenário internacional. Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul são economias que têm ganhado grande destaque neste cenário.

O peso econômico do grupo é considerável. Entre 2003 e 2007, o crescimento dos quatro países (Brasil, Rússia, Índia e China) representou 65% da expansão do PIB mundial. Hoje o PIB (em paridade de poder de compra) do BRICS supera o dos EUA ou o da União Européia (BRASIL, 2013).

Neste contexto, é possível perceber a grande importância das relações comerciais do Brasil com outros países, frente a um ambiente global muito mais competitivo do que em décadas anteriores.

Frente a esta situação, o trabalho objetiva responder à seguinte questão: **Qual a relação comercial do Brasil com os países membros do BRICS no período de 2009 a 2012?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar a relação comercial do Brasil com os países membros do BRICS no período de 2009 a 2012.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Analisar a balança comercial brasileira entre o período de 2009 a 2012;
- b) Identificar os produtos mais importados e exportados pelo Brasil em relação aos demais países membros do BRICS;
- c) Analisar as vantagens da relação comercial do Brasil com os demais países membros do BRICS;
- d) Analisar a participação do Brasil no grupo BRICS.

1.3 JUSTIFICATIVA

O presente estudo tem por finalidade a análise da relação comercial do Brasil com os demais países do BRICS no período de 2009 a 2012.

No início da década de 2000, o Brasil, a Rússia, a Índia e a China destacaram-se pelas suas crescentes economias. Atraíram a atenção de bancos de investimentos e com isso surgiu a sigla BRIC. A primeira reunião entre estes países ocorreu em 2006, informalmente, e a primeira cúpula de Chefes de Estado ocorreu em 2009. No ano de 2011, a África do Sul ingressou no grupo, que passou a se chamar BRICS.

As relações políticas e econômicas entre os países são fatores cruciais para o desenvolvimento e competitividade dos países. No cenário econômico atual, grandes potências como os Estados Unidos da América perderam espaço para economias que estão se desenvolvendo rapidamente e essa é uma oportunidade para o Brasil elevar seu potencial.

O presente estudo é importante para: as empresas que procuram novos parceiros comerciais fora do Brasil, pois conhecendo os países com os quais o Brasil possui boa relação comercial, a empresa encontra maiores oportunidades provenientes dessa relação; a universidade, pelo fato de aumentar o seu acervo teórico; e para quem tem interesse em obter maior conhecimento sobre o assunto abordado.

O momento é oportuno para o estudo, pois o assunto é recente e contínuo e ainda não foi muito explorado.

O estudo tornou-se viável pelo fato de a pesquisa ser bibliográfica. A principal fonte de dados foi o próprio governo, que fornece dados sobre as relações comerciais brasileiras em um site, onde é possível ter acesso a todos os dados necessários para a realização da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nos tópicos que seguem, serão apresentados temas relacionados ao estudo, a partir de uma fundamentação teórica sobre integração econômica, comércio internacional e surgimento e evolução do grupo BRICS.

2.1 INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Questões fundamentais para o desenvolvimento de um país são negociadas e discutidas com países situados nas mais diversas regiões do planeta. Isso ocorre devido à intensificação da presença de “atores” na pauta de negociações dos países com o objetivo de maior expansão dos mercados para além dos territórios nacionais. Esse fenômeno é chamado integração econômica entre os países (LIMA, 2008).

Existem cinco fases de integração econômica que são elas: zona de livre comércio; união aduaneira; mercado comum; união econômica e integração econômica total (RATTI, 2007).

Na zona de livre comércio “os países associados concordam em eliminar, progressiva e reciprocamente, os gravames e outros obstáculos incidentes sobre os produtos negociados entre eles” (RATTI, 2007, p.411). Porém, cada país-membro possui ampla liberdade no que se refere à sua política interna, bem como à política comercial com países não-associados (RATTI, 2007).

Além da eliminação recíproca de gravames, como na zona de livre comércio, na união aduaneira os Estados-membros adotam uma política comercial uniforme em relação aos países não-membros. “Na união aduaneira vigora uma pauta aduaneira comum, idêntica em todos os países associados, para as importações provenientes de terceiros países” (RATTI, 2007, p.411).

Assim, a união aduaneira é criada para eliminar restrições aduaneiras ao intercâmbio de mercadorias entre países-membros e para estabelecer uma política tarifária uniforme com relação a países não-membros do bloco (ALMEIDA, 2011).

O mercado comum possui as mesmas características da zona de livre comércio e união aduaneira, porém, ainda são abolidas as restrições aos fatores produtivos (RATTI, 2007). Esse tipo de integração permite que pessoas de um país-membro trabalhem no outro, como se fossem nativos do país em que trabalham.

Além disso, as empresas podem se instalar ou investir indiscriminadamente em qualquer dos países-membros (ALMEIDA, 2011).

Superadas todas as fases anteriores, a união econômica ainda associa a extinção de restrições sobre movimentos de mercadorias e fatores com uma certa harmonização das políticas econômicas nacionais, de modo a abolir as discriminações resultantes de disparidades existentes entre essas políticas, tornando-as o mais semelhante possível (RATTI, 2007).

Finalmente, atinge-se a forma mais elevada de integração econômica: a integração econômica total, onde passa-se a adotar uma política monetária, fiscal, social e anticíclica uniforme, bem como delega-se a uma autoridade supranacional poderes para elaborar e aplicar essas políticas (RATTI, 2007).

A integração econômica não obrigatoriamente terá que passar por todas as cinco fases. Dois países, ou mais, poderão instituir união aduaneira sem necessidade de constituir primeiramente uma zona de livre comércio, por exemplo (RATTI, 2007).

No Quadro 1 estão apresentados os principais blocos econômicos da atualidade, bem como os países que integram esses blocos.

Quadro 1 – Principais blocos econômicos.

BLOCO	PAÍSES-MEMBROS
Mercado Comum do Sul – Mercosul	Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai (criadores) e Venezuela como sócios plenos. A Bolívia, Chile e Peru integram o Mercosul como associados, ou seja, não precisam adotar a Tarifa Externa Comum (TEC) e também não possuem direito a voto.
Associação Latino-Americana de Integração – Aladi	Bolívia, o Equador, Paraguai, Chile, Colômbia, Cuba, Peru, Uruguai, Venezuela, Argentina, Brasil e México.
Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA	Estados Unidos, Canadá e México.
União Europeia	Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Romênia, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, e Reino Unido.

Continua...

...continuação

Associação de Livre Comércio das Américas – ALCA	Apesar de oficialmente ainda não se constituir em um bloco econômico, a ideia da ALCA é a formação de bloco econômico que reúna todos os países das Américas, ou seja, 34 países exceto Cuba, que não faz parte do projeto porque os Estados Unidos são contrários, devido ao embargo comercial estabelecido entre as duas nações.
Tigres Asiáticos	Japão, China, Cingapura, Hong Kong e Coréia do Sul.
Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico – APEC	Austrália, Brunei, Canadá, Indonésia, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Filipinas Cingapura, Coréia do Sul, Tailândia, China, Hong Kong Taiwan (Formosa), Federação Russa, Papua-Nova Guiné e Vietnã.
Associação das Nações do Sudeste Asiático – ASEAN	Brunei, Camboja, Cingapura, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Tailândia e Vietnã, além dos países observadores: Papua-Nova Guiné e Timor Leste.
Pacto Andino	Bolívia, Peru, Equador, Colômbia.
Comunidade dos Estados Independentes – CEI	Rússia, Bielorrússia, Ucrânia, Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Moldávia, Quirquistão, Tadjiquistão, Uzbequistão, Turcomenistão, Lituânia, Estônia e Letônia.
Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA	Suíça, Liechtenstein, Noruega e Islândia.
Mercado Comum Centro Americano – MCCA	Costa Rica, Guatemala, Honduras, Nicarágua e El Salvador.
Comunidade e Mercado Comum do Caribe – CARICOM	Barbados, Guiana, Jamaica, Trinidad e Tobago; Antígua e barbuda, Belize, Dominica, Granada, Santa Lúcia, São Vicente e Granadinas, São Cristóvão e Névis, Suriname, Bahamas.
Comunidade da África Meridional para o Desenvolvimento – SADC	Angola, África do Sul, Botsuana, Lesoto, Malauí, Maurício, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.
Acordo Comercial sobre Relações Econômicas entre Austrália e Nova Zelândia – ANZCERTA	Austrália e Nova Zelândia

Fonte: Adaptado de Dowbor (2012).

De acordo com o Quadro 1 nota-se que a única integração econômica total entre países é a União Europeia. O Brasil faz parte de duas integrações econômicas: Mercosul e Aladi. O Brasil também faz parte da Alca, contudo a Alca ainda não é oficialmente um bloco econômico.

Vale destacar que no caso do Mercosul existe um consenso formal entre os países membros de que o objetivo primordial é a integração das quatro economias por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento da TEC (Tarifa Externa Comum), da adoção de uma política comercial comum e da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais. Porém, na prática, a evolução econômica do Mercosul tem sido complicada, não

apenas em função da maior ou menor disposição liberalizante por parte dos países membros, mas sim em função dos ciclos econômicos atravessados individualmente pelas economias e de suas políticas econômicas nem sempre convergentes (ALMEIDA, 2011).

Na Figura 1 podem ser visualizadas as integrações regionais em relação às suas localizações geográficas.

Figura 1 – Blocos econômicos regionais.



Fonte: MDIC (BRASIL, 2013, p.1).

Na Figura 1 pode-se perceber que as integrações econômicas regionais estão espalhadas pelo mundo inteiro, o que mostra a importância deste tipo de relação entre os países para a economia mundial.

O fenômeno de integração econômica é recente e passou a ser utilizado somente após a Segunda Guerra Mundial. Este inseriu-se perfeitamente no atual cenário econômico mundial marcado pelas relações comerciais entre países (HIRST; THOMPSON, 2008).

Atualmente quase todas as grandes economias globais encontram-se de alguma forma envolvidas em processos de integração econômica. Este processo é entendido como uma tendência generalizada que busca integração plena da economia mundial num futuro não distante. Refere-se aos reflexos da globalização,

que, com intensidade, se manifesta em praticamente todas as nações (HIRST; THOMPSON, 2008).

2.1 COMÉRCIO INTERNACIONAL

O comércio internacional pode ser definido como o processo pelo qual se comercializa produtos e serviços. Pode também ser considerado como uma prática que leva em consideração o desenvolvimento de projetos e planejamentos, na modalidade de parceria, com organizações localizadas no exterior (MALUF, 2003).

A impossibilidade de um país produzir vantajosamente todos os bens e serviços de que seus habitantes necessitam faz com que o comércio internacional surja. Isso decorre de diversos fatores como desigualdade na distribuição geográfica dos recursos naturais, diferenças de clima e solo e as diferenças de técnicas de produção (RATTI, 2007).

A evolução do comércio internacional após 1990 ocorreu tanto pela integração econômica mundial quanto pelas mudanças geopolíticas refletidas na maior participação de países de grande população e baixa renda. O fato dos países adotarem a prática das vantagens comparativas também é parte dessa cadeia de crescimento do comércio internacional (VARTANIAN *et al*, 2013).

Atualmente, o comércio entre nações encontra-se modernizado e apresenta um papel importante na economia de cada país. Contudo, este processo, ainda que possa não parecer, teve início em eras muito remotas (DOWBOR, 2012).

Na antiguidade o comércio internacional pouco existia. No Egito as importações e exportações limitavam-se apenas a artigos de luxo. Já na civilização mesopotâmica o comércio era mais intenso chegando a estabelecer postos comerciais fora do país. “Os Fenícios, navegadores notáveis, tornaram-se grandes comerciantes e instalaram postos de vendas em diversos pontos da Europa” (RORATTO, 2006, p.14).

A Grécia antiga não tinha produção suficiente. Consequentemente, os gregos tornam-se grandes compradores de produtos do exterior, levando à introdução de moedas metálicas em suas transações comerciais a partir do século VII a.C. (RORATTO, 2006).

O comércio exterior se desenvolveu bastante durante o império Romano, o qual chegou a negociar com países distantes como a Índia e a China (RORATTO,

2006). O império Romano passou a deter o controle de todo o Mar Mediterrâneo, comercializando e espalhando o comércio intramares de mercadorias (DOWBOR, 2012).

Na idade média, civilizações que floresceram fora da Europa, como a bizantina e a muçulmana árabe-islâmica, tiveram grande importância no desenvolvimento do comércio (RORATTO, 2006).

Na Europa, ainda sob o regime feudal, ocorreram as Cruzadas (XI – XIII), que estimularam o comércio com o oriente (RORATTO, 2006). Muitas pessoas começaram a se deslocar para outras regiões, passando a ter contato com produtos desconhecidos em suas regiões de origem e, com isso, surgiram os mercadores (DOWBOR, 2012).

Com a invenção da caravela e da bússola na era dos descobrimentos, o comércio internacional cresceu como consequência natural da expansão geográfica do mundo. O comércio ficou mais lucrativo com a entrada de novos produtos até então desconhecidos na Europa (RORATTO, 2006).

O século XVIII foi marcado por acentuado desenvolvimento tecnológico, culminando com a Revolução Industrial (1760 a 1820), a qual trouxe forte crescimento econômico nas economias capitalistas. Posteriormente, já no século XX, houve a Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918), com forte comércio dos Estados Unidos da América (EUA) e Inglaterra com países envolvidos na guerra, principalmente de materiais bélicos (DOWBOR, 2012).

Na Segunda Guerra Mundial (1939 a 1945), os EUA voltam a ser potência em termos de fornecimento de diversos produtos para os países afetados. Após o conflito, outras nações passaram a transacionar internacionalmente (DOWBOR, 2012)

O crescimento da economia que se deu após a Segunda Guerra Mundial foi (também) resultado da estabilidade econômica, da maior liberdade do comércio, resultante dos acordos firmados em 1944, em Bretton Woods e da atuação das organizações criadas nesta ocasião: GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio); FMI (Fundo Monetário Internacional); e BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento) (RORATTO, 2006).

Com a globalização o volume das relações comerciais aumentou significativamente nas últimas duas décadas, fazendo com que o mercado internacional estivesse na pauta das negociações. Este cenário condiciona os

países a uma interdependência econômica inédita na história do comércio internacional (MACINTYRE, 2005).

Atualmente, o comércio internacional encontra-se muito mais fortalecido. Muitas barreiras alfandegárias foram derrubadas, fazendo com que os produtos de diversas nações passassem a circular num mundo considerado cada vez mais sem fronteiras (DOWBOR, 2012).

No que se refere às exportações, o comércio internacional está cada vez mais aquecido e aumenta a cada ano, fruto do incremento da produção doméstica, que em muitos casos é superior à demanda interna, justamente visando a venda a outros países (DOWBOR, 2012).

A Tabela 1 apresenta a evolução das exportações mundiais no período de 1990 a 2011, onde estão destacados os maiores exportadores mundiais.

Tabela 1 – Evolução das exportações dos maiores exportadores mundiais.

PAÍSES	ORDEM		EXPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES) - PREÇOS CORRENTES – FOB			
	1990	2011	1990	2000	2010	2011
Total			2.634.365	4.962.295	11.204.010	13.250.698
China	14	1	62.091	249.203	1.577.824	1.898.600
EUA	2	2	393.592	781.918	1.278.263	1.480.646
Alemanha	1	3	421.100	551.810	1.258.924	1.473.889
Japão	3	4	287.581	479.249	769.839	822.674
Países Baixos	7	5	131.775	233.130	574.251	660.379
França	4	6	216.588	327.611	523.460	597.058
Coreia do Sul	12	7	65.016	172.267	466.384	555.214
Itália	6	8	170.304	240.518	447.301	523.001
Rússia	25	9	0	105.565	400.419	521.968
Bélgica + Luxemburgo	9	10	117.703	196.749	428.493	498.063
Reino Unido	5	11	185.172	285.425	405.695	473.323
Hong Kong	10	12	82.390	202.683	400.692	455.663
Canadá	8	13	127.629	276.635	387.912	452.167
Cingapura	16	14	52.730	137.804	351.867	409.504
Arábia Saudita	17	15	44.417	77.583	251.143	364.500
México	18	16	40.711	166.367	298.305	349.676
Taiwan	11	17	67.245	151.357	274.601	308.257
Espanha	15	18	55.642	115.251	254.418	297.418
Índia	24	19	17.969	42.379	219.670	296.556
Emirados Árabes Unidos	22	20	23.544	49.835	220.000	285.000
Austrália	19	21	39.752	63.870	212.634	271.103
Brasil	20	22	31.414	55.086	201.915	256.039

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

De acordo com a Tabela 1 verifica-se o grande crescimento das exportações mundiais desde a década de 1990. A China ganha destaque por apresentar o maior aumento de exportações, onde em 1990 ocupava a 14ª posição no *ranking* mundial e em 2011 lidera o mesmo. Os EUA permanecem na 2ª desde 1990 e o Brasil ocupa a 22ª posição.

Cabe destacar o grande aumento das exportações brasileiras a partir de 1999 quando ocorreu a desvalorização cambial, promovida pela adoção do regime de cambio flutuante, e uma onda de aumentos nos preços das *commodities*, estimulados pela expansão de países emergentes de grandes contingentes populacionais, como a China e a Índia, além do crescimento generalizado do comércio internacional (MORAES; MORINI, 2006).

Na Tabela 2 pode-se verificar a evolução das importações desde 1990, bem como os principais países importadores.

Tabela 2 – Evolução das importações dos maiores importadores mundiais.

PAÍSES	ORDEM		IMPORTAÇÕES (US\$ MILHÕES) - PREÇOS CORRENTES – CIF			
	1990	2011	1990	2000	2010	2011
Total(*)			2.714.635	5.267.207	11.535.057	13.704.453
Estados Unidos	1	1	516.987	1.259.300	1.969.184	2.265.421
China	16	2	53.345	225.094	1.395.099	1.743.458
Alemanha	2	3	355.686	497.197	1.054.814	1.253.951
Japão	3	4	235.368	379.511	694.059	854.267
França	4	5	234.436	338.940	609.650	714.734
Reino Unido	5	6	222.977	348.058	561.530	636.296
Países Baixos	7	7	126.098	218.267	516.409	597.234
Itália	6	8	181.968	238.757	487.049	556.873
Coreia do Sul	12	9	69.844	160.481	425.212	524.413
Hong Kong	11	10	84.725	214.042	441.369	511.293
Bélgica + Luxemburgo	9	11	119.702	188.789	418.367	489.627
Canadá	8	12	123.244	244.786	402.500	462.435
Índia	20	13	23.580	51.523	350.234	450.957
Cingapura	14	14	60.774	134.545	310.791	365.771
Espanha	10	15	87.715	156.143	327.016	362.109
México	17	16	43.548	179.464	310.205	361.067
Rússia	25	17	0	44.659	248.738	323.208
Taiwan	15	18	54.782	140.642	251.236	281.438
Austrália	18	19	41.985	71.529	201.639	243.699
Turquia	22	20	22.302	54.503	185.544	240.834
Brasil	21	21	22.524	59.053	191.491	236.870
Tailândia	19	22	33.045	61.924	182.921	228.498

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

Analisando a Tabela 2, verifica-se que os EUA lideram o *ranking* desde 1990, mostrando que o país mantém uma economia diversificada através da aquisição de bens e produtos de outras nações. A china, por sua vez, ocupa a 2ª posição e o Brasil a 21ª posição do *ranking*.

Apesar da evolução das importações mundiais durante o período analisado, vale ressaltar a retração do crescimento das importações durante o ano de 2009, onde houve uma redução de 22,98% originada a partir da crise americana no final de 2007. Essa contração afetou tanto os países que mantinham relações comerciais com os EUA quanto os países menos dependentes deste mercado. Isso devido ao elevado custo de financiamento das exportações por meio do mercado financeiro (SALA; GASPAROTO, 2010).

A crise econômica mundial de 2008, que se iniciou a partir do sistema financeiro norte-americano, provocou perdas financeiras maciças para os EUA e teve seus efeitos sentidos globalmente (CARDOTE, 2009).

De acordo com Cardote (2009, p.2), ocorreu o súbito encolhimento da economia americana que:

Comprimiu a oferta de crédito no mercado internacional, provocou uma contração do PIB mundial estimada em até 3% para 2009 e deflagrou a adoção de medidas regulatórias e anticíclicas por quase todos os governos do mundo.

Os principais fatores para a contração do comércio internacional em 2009 foram o colapso da demanda e investimento. Porém, a redução de recursos para financiar exportações e importações foi um fator que contribuiu para o declínio acentuado do comércio internacional (LAMY, 2009).

Após a crise econômica mundial a China consolidou-se como a segunda maior economia mundial em termos de produto, comércio e propriedade líquida de ativos financeiros e tem sido uma das principais locomotivas da economia global (CUNHA *et al*, 2012).

Ao analisar os dados em relação aos maiores exportadores e importadores mundiais pode-se entender a lógica do comércio exterior: alguns países são melhores para a produção de certos produtos do que de outros. Assim, todos serão economicamente superiores ao se especializar no que fazem de melhor e trocar uma parte do que produzem por bens de outras nações que também se especializam em que fazem de melhor (DOWBOR, 2012).

2.2 SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO BRICS

O acrônimo BRIC foi concebido pelo economista Jim O'Neill, do Banco de Investimentos *Goldman Sachs*, em um artigo intitulado “*Building Better Global Economic BRICs*”, em 2001. O acrônimo surgiu para designar as quatro economias que mais crescem no mundo: Brasil, Rússia, Índia e China e, portanto, os melhores destinos para o investimento. O desdobramento da notícia teve um impacto maior do que o previsto, surgindo análises dos mais diversos campos de estudo (PIRES, 2011).

Em seu artigo, Jim O'Neill estabeleceu algumas comparações entre Brasil, Rússia, Índia e China e as economias do grupo G7, formado por Estados Unidos da América, Canadá, Reino Unido, França, Itália, Alemanha e Japão (embora a Rússia tivesse sido incluída na sigla BRIC, esta passara a integrar o grupo G7, formando o grupo dos 8, G8) (THORSTENSEN *et al*, 2012).

Inicialmente, O'Neill demonstrou projeções sobre o crescimento do grupo BRIC até 2050, onde estes países passariam a ser as principais economias do mundo. Em 2018, segundo a projeção, a soma do Produto Interno Bruto (PIB) destes países seria superior ao PIB norte-americano e em 2050 a China passaria a ser a principal economia mundial, seguida por Estados Unidos da América, Índia, Japão e Brasil (THORSTENSEN *et al*, 2012).

Os países do BRIC possuem alguns aspectos físicos em comum, como os seus vastos territórios e grandes populações. Esses países sempre possuíram destaque no cenário mundial e já figuravam em diversos estudos influentes da década de 1990. No livro *Around the Cragged Hill*, de 1994, George Kennan utilizou a expressão “*monster countries*” para descrever EUA, China, Rússia, Brasil e Índia (REIS, 2012).

Após alguns anos de sua criação, o acrônimo BRIC passou a se tornar cada vez mais popular, pois era símbolo do maior dinamismo econômico de países emergentes quando comparados a países desenvolvidos. Logo os países BRIC viram uma oportunidade de usar o acrônimo em prol de seus objetivos nacionais (RIBEIRO; MORAES, 2012).

Até o ano de 2006, o grupo não estava reunido como um mecanismo que permitia articulação entre os membros. O primeiro passo para o início dos trabalhos coletivos entre Brasil, Rússia, Índia e China foi a reunião de Chanceleres dos quatro

países, organizada à margem da 61ª Assembléia Geral das Nações Unidas, em 2006 (MRE, 2013). O objetivo do encontro foi “trocar opiniões sobre a possível criação de um foro de discussões que se estabeleceria por conferências a partir de 2008” (THORSTENSEN *et al*, 2012, p.17).

As grandes transformações no cenário internacional como a crise econômica global de 2008-2009 e o comando do democrata Barack Obama na presidência dos EUA podem ter acelerado o processo e perspectivas para o surgimento de novos pólos de poder. Coincidentemente, no mesmo período, iniciaram-se cúpulas de Chefes de Estado do grupo BRIC (OLIVEIRA, 2012).

A crise de 2008, que se abateu principalmente sobre os países desenvolvidos, acabou impactando positivamente a imagem dos BRIC, pois os países emergentes foram menos afetados que os desenvolvidos, podendo ser observado pela taxa média de crescimento econômico entre 2008 e 2010, onde os países desenvolvidos tiveram crescimento médio de apenas 0,1% no período, enquanto o crescimento médio dos países em desenvolvimento foi de 5,4%. Os países BRIC tiveram média 5,5% (RIBEIRO; MORAES, 2012).

2.2.1 Primeira cúpula

A primeira cúpula de chefes de Estados foi realizada na cidade de Ecatimburgo/Rússia, em 16 de junho de 2009 (OLIVEIRA, 2012). A cúpula foi realizada, principalmente, devido ao impacto da crise internacional iniciada em 2008, onde temas econômicos tiveram maior destaque (REIS, 2012).

Os países afirmaram, de acordo com a declaração conjunta, que as economias emergentes e em desenvolvimento devem ter mais vozes e representações nas instituições financeiras internacionais e seus líderes e diretores devem ser designados por meio de processos seletivos abertos, transparentes e baseados no mérito (OLIVEIRA, 2012).

Uma das principais questões debatidas na cúpula de Ecatimburgo/Rússia foram os possíveis efeitos da crise econômica de 2008 e 2009 (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com Reis (2012, p.39), assuntos relacionados à área econômico-financeira foram bastante discutidos no período:

A vertente da coordenação na área econômico-financeira desenvolveu-se de maneira expressiva em 2009. Apenas naquele ano, os Ministros das Finanças do BRIC haviam se encontrado em Horsham (13 de maio), em Londres (4 de setembro) e em Pittsburgh (24 e 25 de setembro).

Contudo, a continuidade do grupo ainda não era certa. Ao perceber hesitação quanto à organização de uma nova cúpula do grupo, o Brasil ofereceu-se para sediar o próximo encontro dos BRIC (REIS, 2012).

2.2.2 Segunda cúpula

A segunda cúpula foi realizada em Brasília/Brasil, no dia 15 de abril de 2010 onde foi aprofundada a concertação política entre seus membros (REIS, 2012).

Na declaração final da reunião foi sugerido um novo sistema de votação no Banco Mundial, bem como a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI). Um acordo de cooperação foi assinado pelos líderes do grupo, o qual tem a finalidade de facilitar o financiamento de obras e projetos entre as nações. Os bancos de desenvolvimento dos países do BRIC se comprometeram em analisar formas de incentivo e concessão de crédito entre eles (OLIVEIRA, 2012).

No entanto, a novidade dessa cúpula foi o grande crescimento das iniciativas de cooperação intra-BRIC no ano de 2010 com a realização de vários eventos. Alguns dos eventos intra-BRIC neste período foram (REIS, 2012):

- a) Primeira Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRICs, à margem da reunião do Comitê Estatístico da ONU;
- b) Primeiro Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC;
- c) Primeiro Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC;
- d) Encontro de Presidentes de Bancos de Desenvolvimento do BRICs;
- e) Primeiro Seminário de *Think Tanks* do BRICs;
- f) Encontro de Cooperativas do BRICs; o Fórum Empresarial do BRICs; e
- g) Segunda Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (o primeiro evento foi realizado em 2009).

Essas iniciativas contribuem para criar um mecanismo cujas atividades propiciam uma interação intensa e contínua entre seus membros em diferentes áreas (REIS, 2012).

2.2.3 Terceira cúpula

A terceira cúpula foi realizada em Sanya/China, em 14 de abril de 2011, onde foi oficializado o ingresso da África do Sul ao grupo. BRIC passara então a se chamar BRICS com a letra “S” representando a África do Sul (*South Africa*) (OLIVEIRA, 2012).

O ingresso da África do Sul “ampliou a representatividade dos países do grupo, consolidando-o como um foro político-diplomático integrado por representantes de quatro continentes” (REIS, 2012, p.40). No entanto, Jim O’Neill, autor do acrônimo BRIC, mostrou sua discordância à expansão do grupo: “Quando criei a sigla, eu não esperava que fosse criado um grupo formado pelos líderes políticos dos países BRIC. Assim, depois destas notícias, os propósitos do grupo passaram a ser outros” (REIS, 2012, *apud* O’NEILL, 2011).

O ingresso da África do Sul ao grupo também gerou dúvidas quanto ao motivo pelo qual este país foi escolhido e não outro com maior potencial econômico (crescimento na primeira década do século XXI, PIB e PIB *per capita* – Tabela 3) como: México, Indonésia e Turquia (RIBEIRO; MORAES, 2012).

Tabela 3 - Dados dos países BRIC e de países não BRIC selecionados – 2010.

Categoria	País	Taxa média anual de crescimento (2001-2010) (%)	PIB (US\$ bilhões)	PIB per capita ¹ (US\$)	População (milhões)
Países BRIC	Brasil	3,6	2.090	10.816	193
	Rússia	4,9	1.480	10.356	143
	Índia	7,4	1.632	1.371 ²	1191 ²
	China	10,5	5.878	4.382	1341
Países não BRIC	África do Sul	3,5	364	7.274 ²	50 ²
	Indonésia	5,2	707	2.974	238
	México	1,7	1.034	9.522	109
	Nigéria	9,1	203 ²	1.298 ²	156 ²
	Turquia	4	735	10.309	71

Fonte: Ribeiro & Moraes (2012).

Notas: ¹ Em dólares nominais a preços de 2010

² Valor estimado.

Observando-se os dados na Tabela 3, excetuando-se o PIB *per capita* de US\$ 7.274 para a África do Sul que está dentro dos valores para os países do BRIC

(U\$ 1.371 a 10.816), os demais indicadores para este país não são suficientes para a sua entrada no grupo. Seria mais coerente, por estes parâmetros, a admissão da Indonésia que teve um crescimento de 5,2% para o decênio considerado e PIB *per capita* de U\$ 2.974 ou ainda a Turquia por apresentar crescimento de 4,0% no período e uma renda *per capita* de U\$ 10.309, próxima ao valor máximo de *renda per capita* do grupo (RIBEIRO; MORAES, 2012).

Apesar de haver diferenças muito grandes entre os países do BRICS, por fatores econômicos, históricos e culturais, que inviabilizam a formação de um bloco coeso, existe o valor simbólico. Este valor ocorre pelo fato de países emergentes do “Sul” estarem frente aos grandes países do “Norte”. A África do Sul junto ao grupo representa a força do continente africano na formação (RIBEIRO; MORAES, 2012).

Sobre a escolha da África do Sul pelo fator simbólico, Ribeiro e Moraes (2012, p.13) afirmam que:

Esta função simbólica atende aos interesses de cada um dos países do grupo em conferir legitimidade: *i*) às suas reivindicações por maior poder em instituições multilaterais; e *ii*) à expansão de sua presença no continente africano.

Além da entrada da África do Sul no grupo, a terceira cúpula foi marcada pela discussão de temas como a reforma do Fundo Monetário Internacional (FMI). Como plano de ação, os países do BRICS ressaltaram que a crise mundial expôs deficiências do atual sistema financeiro e pediram reformas, inclusive da Organização das Nações Unidas (ONU), para criar uma ordem internacional confiável a fim de promover um mundo mais justo (BRASIL, 2010).

Na Declaração de Sanya (2011, p.2), os países afirmaram que:

(...) estamos determinados a reforçar a parceria BRICS para o desenvolvimento comum e avançar, de forma gradual e pragmática, a cooperação intrabloco, refletindo os princípios de transparência, solidariedade e assistência mútua.

A Rússia foi parabenizada por sua acessão à OMC, “indicando ser um passo fundamental para fazer da OMC ainda mais representativa e legítima e fortalecer ainda mais o sistema multilateral de comércio” (THORSTENSEN *et al*, 2012, p.23).

Finalmente, o grupo reforçou seu posicionamento contra o terrorismo, afirmando que estão determinados a reforçar a cooperação entre os membros na luta contra essa ameaça global e manifestaram o compromisso de cooperar também para o reforço da segurança internacional da informação. Afirmaram também que

conferirão atenção especial à luta contra o crime cibernético (DECLARAÇÃO DE SANYA, 2011).

2.2.4 Quarta cúpula

Foi realizada nos dias 28 e 29 de março de 2012, em Nova Delhi/Índia, a quarta cúpula. Dessa vez, o tom das vozes dos líderes de Estados foi mais alta referente às cotas no FMI, onde exigiram a alteração das regras do jogo no FMI, no Banco Mundial e no comércio mundial em geral (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com a declaração conjunta final, apesar da crise econômica mundial, os países BRICS estão num processo de recuperação rápida que impulsiona a economia global e que os países desenvolvidos têm que aplicar políticas responsáveis na macroeconomia para evitar o excesso de liquidez global (OLIVEIRA, 2012).

2.2.5 Quinta cúpula

A quinta cúpula do BRICS foi realizada em Durban/África do Sul, no dia 27 de março de 2013 (BRASIL, 2013).

A quinta cúpula concluiu o primeiro ciclo de cúpulas BRICS e as discussões ficaram em torno do tema “BRICS e África: Parceria para o Desenvolvimento, Integração e Industrialização”. Os Chefes de Estado reafirmaram o seu compromisso com a promoção do direito internacional, do multilateralismo e do papel central das Nações Unidas (BRASIL, 2013).

Os debates tiveram foco na promoção do desenvolvimento e da reforma das instituições de governança global. Foram iniciadas as negociações para a criação de um novo banco de desenvolvimento, liderado pelos países do BRICS, voltado para o financiamento de projetos de infraestrutura e de industrialização (JESUS, 2013).

Durante a cúpula tiveram destaque discussões em torno de um fundo comum de reservas, que teria como objetivo socorrer os governos em caso de ameaça às contas externas (JESUS, 2013).

A cúpula de Durban avançou em questões já presentes na agenda do BRICS nas cúpulas anteriores e também trouxe questões prioritárias para a África do Sul, como a infraestrutura africana, a integração regional e o lançamento formal

dos trabalhos visando à criação do Banco de Desenvolvimento do BRICS (JESUS, 2013).

O processo de institucionalização do BRICS foi aprofundado e, de acordo com Jesus (2013, p.3):

(...) permitiu a ampliação da cooperação com os líderes africanos e a interação com atores além das lideranças dos Estados membros por meio da criação de instrumentos como o Conselho Empresarial do BRICS e o Conselho de *Think Tanks* do agrupamento. Percebe-se, no entanto, a ausência da sociedade civil nesse processo, embora redes de ONGs e outras entidades estejam se articulando para aprofundar os debates sobre as repercussões sociais, políticas e econômicas das iniciativas sendo lançadas.

A quinta cúpula foi concluída e o Plano de Ação de E-Thekwini foi lançado, o qual mostra uma relação de encontros e consultas a serem realizados, bem como foram divulgadas novas áreas de cooperação a serem exploradas pelo BRICS (BRASIL, 2013).

2.2.2 Eventos no âmbito BRICS

No Quadro 2 estão apresentados os eventos no âmbito BRICS que vêm ocorrendo desde o ano de 2006.

Quadro 2 – Eventos no âmbito BRICS.

Ano	Eventos
2006	I Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 61ª AGNU (Nova York, Setembro de 2006)
2007	II Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 62ª AGNU (Nova York, 24 de setembro de 2007)
2008	I Encontro de Ministros de Finanças do Grupo BRIC (São Paulo, 7 de novembro)
	III Reunião de Chanceleres do Grupo BRIC, à margem da 63ª AGNU (Nova York, setembro)
	Reunião dos Chefes de Estado e de Governo do Grupo BRIC por ocasião da Cúpula do G-8 (Hokkaido, 9 de julho)
	I Reunião Ministerial do Grupo BRIC (Ecatemburgo, 15-16 de maio)
	I Reunião de Vice-Ministros do Grupo BRIC (Rio de Janeiro, 10-11 de março)

Continua...

...Continuação.

	<p>Reunião ministerial de coordenação do BRIC preparatória para a Assembléia Anual do FMI e do Banco Mundial (Istambul, 6-7 de outubro)</p> <p>Reunião de Ministros da Fazenda do BRIC na Cúpula do G- 20 Financeiro (Pittsburgh, 24-25 de setembro)</p>
2009	<p>Reunião Ministerial do BRIC à margem da 64ª AGNU (Nova York, 24 de setembro)</p> <p>Reunião de Ministros das Finanças e Presidentes de Bancos Centrais em coordenação prévia ao encontro dos homólogos do G-20 (Londres, 4 de setembro)</p> <p><u>I Cúpula do BRIC (Ecaterimburgo, 16 de junho)</u></p> <p>Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Moscou, 28-30 de maio)</p> <p>II Encontro de Ministros das Finanças do Grupo BRIC (Horsham, 13 de março)</p>
2010	<p>II Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC (Rio de Janeiro, 29 e 30 de novembro a 1º de dezembro)</p> <p>Reunião de representantes dos bancos de desenvolvimento dos BRICs (Londres, 11 e 12 de outubro)</p> <p>Reunião do BRIC à margem do Encontro Internacional de Funcionários de Alto Nível Responsáveis por Assuntos de Segurança (Sochi, 5 e 6 de outubro)</p> <p>V Reunião Ministerial do BRIC à margem da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (Nova York, 21 de setembro)</p> <p><u>II Cúpula do BRIC (Brasília, 15 de abril)</u></p> <p>Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (Brasília, 15 de abril)</p> <p>Encontro de Cooperativas do BRIC (Brasília, 15 e 16 de abril)</p> <p>Fórum Empresarial IBAS+BRIC (Rio de Janeiro, 14 de abril)</p> <p>Seminário de <i>Think Tanks</i> do BRIC (Brasília, 14 e 15 de abril)</p> <p>Encontro de Bancos de Desenvolvimento do BRIC (Rio de Janeiro, 13 de abril)</p> <p>Encontro de Sherpas do BRIC (Brasília, 13 de abril)</p> <p>Encontro de Ministros da Agricultura do BRIC (Moscou, 26 de março)</p> <p>I Programa de Intercâmbio de Magistrados do BRIC (Brasília, 1 a 12 de março)</p>

Continua...

...Continuação.

Seminário "Uma Agenda para os BRIC", organizado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (22 e 23 de fevereiro)

I Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRIC, à margem de reunião do Comitê Estatístico da ONU (Nova York, 22 de fevereiro)

Reunião de "sherpas financeiros" em paralelo ao encontro do G-20 (Cidade do México, 14 de janeiro)

Encontro de Ministros do Comércio do BRICS (Genebra, 14 de dezembro)

Reunião do GT sobre acesso a medicamentos do BRICS às margens da 29ª Reunião do Comitê-Gestor da UNAIDS (Genebra, 13 de dezembro)

Encontro para discutir o estabelecimento do Grupo de Contato para Assuntos Econômicos e Comerciais do BRICS (Pequim, 2 de dezembro)

Conferência de Cidades Irmãs e Governos Locais do BRICS (Sanya, 2 e 3 de dezembro)

Reunião de Vice-Ministros de Relações Exteriores do BRICS sobre a situação no Oriente Médio e no Norte da África (Moscou, 24 de novembro)

Reunião de Chefes de Estado e de Governo do BRICS à margem da Cúpula do G-20 (Cannes, 3 de novembro)

2011 II Reunião dos Ministros de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário do BRICS (Chengdu, 30 de outubro)

II Reunião do GT de Cooperação Agrícola (Chengdu, 29 de outubro)

III Reunião dos Chefes dos Institutos Estatísticos do BRICS (Pequim, 25 de setembro)

VI Reunião de Chanceleres do BRICS em paralelo à 66ª AGNU (Nova York, 23 de setembro)

Reunião dos Ministros e Presidentes de Bancos Centrais dos BRICS, à margem da Reunião Anual do FMI e BIRD (Washington, 22 de setembro)

Encontro de Ministros da Saúde do BRICS sobre prevenção e controle das doenças não-transmissíveis, à margem do "UN High Level Meeting on Non-communicable Diseases" (Nova York, 20 de setembro)

II Conferência Internacional sobre Concorrência do BRICS (Pequim, 21 de setembro)

Reunião de Altos Funcionários do grupo BRICS na área de ciência, tecnologia & inovação (Dalian, 15 de setembro)

Continua...

...Continuação.

Encontro do Grupo de Trabalho de Especialistas em Agricultura do BRICS (Pequim, 3 a 6 de agosto)

Reunião de Ministros da Saúde do BRICS (Pequim, 11 de julho)

Encontro dos Presidentes dos Bancos de Desenvolvimento do BRICS, à margem do XV Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo, e assinatura de Memorando de Entendimento (São Petersburgo, 17 de junho)

II Encontro de Cooperativas do BRICS (Pequim, 14 de junho)

Encontro dos chefes de delegação dos países do BRICS, à margem da II Cúpula do G20 Parlamentar (Seul, 19 de maio)

Reunião de Cidades-Parceiras do BRIC, em que foi formalizada a cooperação entre Rio de Janeiro, São Petersburgo, Mumbai e Quingdao (Quingdao, 18 de maio)

Encontro de Ministros da Saúde do BRICS, à margem da 64ª Assembleia Mundial da Saúde (Genebra, 17 de maio)

III Cúpula do BRICS (Sanya, 14 de abril)

II Encontro Empresarial do BRICS (Sanya, 13 e 14 de abril)

Encontro dos bancos de desenvolvimento dos BRICS, bem como seminário financeiro (Sanya, 13 de abril)

Reunião dos Ministros de Comércio do BRICS (Sanya, 13 de abril)

II Seminário de "Think Tanks" do BRICS (Pequim, 24 e 25 de março)

Encontro dos Ministros das Finanças do BRICS à margem de reunião do G-20 (Paris, 19 de fevereiro)

Reunião de coordenação dos institutos estatísticos (Pequim, 19 a 21 de janeiro)

Encontro do CGTEC (Nova Délhi, 5 e 6 de dezembro)

2012 Encontro Acadêmico do BRICS ("Track II Conference"), para discutir a estratégia de longo prazo do mecanismo, organizado pela Observer Research Foundation (ORF) (Nova Delhi, 19-21 de novembro)

II Reunião de Altos Funcionários do grupo BRICS na área de ciência, tecnologia & inovação (Pretória, 6 a 8 de novembro)

Continua...

...Continuação.

Reunião de Ministros da Fazenda do BRICS à margem da reunião anual do FMI/Banco Mundial (Tóquio, 11 de outubro)

1ª reunião de países dos BRICS sobre Propriedade Intelectual, à margem da Assembléia Geral da OMPI (Genebra, 2 de outubro)

"2012 BRICS Academic Forum", sob o tema "Adjustment, Innovation and Cooperation" (Chongqing, 26 de setembro)

VII Reunião de Chanceleres do BRICS em paralelo à 67a AGNU (Nova York, 26 de setembro)

Segunda reunião do Grupo de Trabalho de peritos em agricultura (Nova Delhi, 28 de agosto)

Encontro de peritos em produtos agrícolas e segurança alimentar (Nova Delhi, 27 de agosto)

I Reunião do GT sobre o Banco de Desenvolvimento dos BRICS, na sede do BNDES (Rio de Janeiro, 15 a 16 de agosto)

Segunda Reunião de Chefes de Estado e de Governo do BRICS à margem da Cúpula do G-20 (Los Cabos, 18 de junho)

Reunião BRICS à margem do III Encontro Internacional de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança (6 a 8 de junho, em São Petersburgo)

Encontro de Ministros da Saúde do BRICS, às margens da 65ª Assembléia Mundial da Saúde (Genebra, 22 de maio)

IV Cúpula do BRICS (Nova Delhi, 29 de março)

Encontro de Ministros do Comércio do BRICS (Nova Delhi, 28 de março)

Encontros de Presidentes dos bancos de desenvolvimento do BRICS (Nova Delhi, 28 de março)

Fórum Empresarial do BRICS (Nova Delhi, 28 de março)

Fórum Financeiro do BRICS (Nova Delhi, 28 de março)

Segunda reunião do Grupo de Contato sobre Temas Econômicos e Comerciais (GCTEC) do BRICS (Nova Delhi, 6 e 7 de março)

IV Fórum Acadêmico do BRICS (Nova Delhi, 4 a 7 de março)

Reunião do Grupo de Pesquisa Econômica do BRICS (ERG - Economic Research Group), com a participação de editores (Nova Delhi, 27 de fevereiro)

Continua...

...Continuação.

	<p>Reunião paralela do BRICS, no âmbito da III Conferência de Presidentes de Parlamento dos Países do G-20 (Riade, 25 de fevereiro)</p> <p>Encontro dos Ministros das Finanças do BRICS à margem de reunião do G-20 (Cidade do México, 25 de fevereiro)</p> <p>Encontro entre técnicos dos Bancos de Desenvolvimento do BRICS (Kumarakom, Kerala, 15 e 16 de fevereiro)</p> <p>Reunião informal do BRICS durante a 130ª sessão do Conselho Executivo da Organização Mundial da Saúde (Genebra, 19 de janeiro)</p>
2013	<p><u>V Cúpula do BRICS (Durban, 27 de março)</u></p> <p>4º Fórum Empresarial dos BRICS (Durban, 26 de março)</p> <p>Reunião de Presidentes dos Bancos de Desenvolvimento (Durban, 26 de março)</p> <p>Reunião dos Ministros de Comércio dos BRICS (Durban, 26 de março)</p> <p>Reunião de Ministros da Fazenda do BRICS (Durban, 26 de março)</p> <p>Reunião de sub-sherpas e sherpas (Durban, 22 e 23 de março)</p> <p>IV Fórum Acadêmico do BRICS (Durban, 10-13 de março)</p> <p>Reunião de Ministros da Fazenda do BRICS, à margem de reunião do G-20 (Moscou, 15 de fevereiro)</p> <p>Encontro do CGTEC (Pretória, 4 e 5 de fevereiro)</p> <p>I Fórum de Urbanização do BRICS (Nova Delhi, 1º de fevereiro)</p> <p>II Encontro de Cidades Irmãs no âmbito do BRICS e o Fórum de Cooperação de Governos Locais (Índia, 15-17 de janeiro)</p> <p>II Encontro de Ministros da Saúde (Nova Délhi, 11 de janeiro)</p> <p>Encontro de "senior health officials", prévio à reunião ministerial (Nova Délhi, 10 de janeiro)</p> <p>Reunião de Altos Funcionários Responsáveis por Temas de Segurança e Estratégia (Nova Délhi, 10 e 11 de janeiro)</p> <p>Reuniões dos grupos de trabalho do BRICS sobre o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB) e sobre o Mecanismo Contingente de Reservas (CRA) (Pretória, 10 e 11 de janeiro)</p>

Fonte: Brasil (2013).

Nos poucos anos desde a primeira cúpula, o BRICS já conseguiu dar mostras de sua capacidade de influência na reforma da governança global. A atuação na esfera econômica favoreceu não só os países membros, mas também outros países em desenvolvimento. Na esfera política foram aprofundados muitos

temas de interesse comum, como o combate ao terrorismo, desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza (REIS, 2012).

Também obtiveram êxito na construção de uma agenda própria de cooperação, especialmente na promoção do comércio entre os membros, através de Fóruns Empresariais, ampliação do conhecimento entre as sociedades dos cinco países, Fórum Acadêmico e Foro de Cidades-Irmãs, na busca de mecanismos inovadores de estímulo ao comércio e aos investimentos e por meio da aproximação dos bancos de desenvolvimento dos países do BRICS (REIS, 2012).

A articulação política do grupo vem se acelerando e se transformando em ações concretas em áreas específicas de atuação. Como se pode constatar a partir da longa lista de encontros já realizados, mostrados no Quadro 2, a agenda do grupo vem multiplicando encontros de ministros e altos funcionários do governo de diferentes áreas, “o que mostra que tal articulação vem-se espalhando por diversas áreas além da política, como comércio, finanças, agricultura, saúde e cultura” (Thorstensen *et al*, 2012, p.23).

Com a crise de 2008 os papéis de liderança econômica dos Estados Unidos e União Européia enfraqueceram e com isso os integrantes do BRICS tornaram-se participantes importantes nos encontros internacionais (THORSTENSEN *et al*, 2012).

O grupo tem por objetivo buscar uma ordem mundial mais democrática e multipolar. Para que isso ocorra, de acordo com o grupo, faz-se necessário uma reforma na comunidade internacional, bem como maior participação do Brasil, da Índia e da África do Sul na ONU (Organização das Nações Unidas), maior transparência nas escolhas de cargos de decisão nas instituições financeiras internacionais e que a eleição para a presidência do Banco Mundial e do FMI não considere unicamente os candidatos europeus e norte-americanos (REIS *et al*, 2012).

No ano de 2012, os países do BRICS representavam 43,03% da população mundial, 18% do Produto Interno Bruto (PIB) nominal mundial, 25% do PIB *per capita*, 25,91% da área terrestre do planeta e 46,3% do crescimento econômico global de 2000 a 2008 (REIS, 2012).

Os países do BRICS não se bastam e não constituem um condomínio de poder nos moldes de grupos de países desenvolvidos como o G8, apesar de seu destaque no cenário mundial. O grupo é uma associação de países que

representam quase metade da população mundial e parcela crescente da economia mundial, e que entende sua responsabilidade na construção de uma ordem internacional renovada (REIS, 2012).

É fato que os países do grupo têm formações históricas e matrizes distintas, mas, talvez seja por este motivo que possam gerar um novo paradigma de atuação internacional. O grupo é um exemplo de como países com culturas diversas podem se unir em torno de projetos comuns em favor da paz, do multilateralismo e do respeito ao direito internacional (REIS, 2012).

No próximo capítulo destacam-se os procedimentos metodológicos utilizados para a coleta de dados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia é um conjunto de processos ordenados de maneira lógica, que permite conhecer uma realidade determinada, bem como obter a produção de conhecimentos a respeito de um objeto, observando-se os seus comportamentos, eventos ou procedimentos. É a busca do conhecimento de forma ordenada, contrariamente à busca de um resultado obtido ao acaso (OLIVEIRA, 2002).

Os métodos e procedimentos lógicos partem de observações da realidade ou ainda de um princípio incontestável para em seqüência proceder com os procedimentos adequados à pesquisa desejada (CERVO; BERVIAN, 1983). Contudo o procedimento metodológico mostra apenas a forma científica de conduzir a pesquisa, cabe ao pesquisador analisar e refletir sobre os dados colhidos para formação de conclusão lógica (CERVO, BERVIAN, 1996).

A seguir serão apresentados os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Quanto aos fins de investigação, a pesquisa realizada foi descritiva. A pesquisa descritiva tem como objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis”. Uma de suas principais características é a utilização de técnicas padronizadas de coletas de dados (RAUPP; BEUREN, 2003, *apud* GIL, 1999).

A pesquisa descritiva apresenta-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira nem tão aprofundada como a segunda. Desse modo, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros aspectos (RAUPP; BEUREN, 2003).

Este tipo de pesquisa é uma forma de estudo que adota procedimentos do tipo formal e possui objetivos que são claramente traçados e definidos para que se possa responder o problema formulado. A pesquisa descritiva também busca fazer estimativas em relação a comportamentos que são manifestados por uma população ou amostra levada em consideração (MATTAR, 2001).

A pesquisa foi descritiva pelo fato de que os dados coletados foram analisados de forma a descrever-se suas características, buscando-se o objetivo

traçado, que foi comparar a balança comercial brasileira perante os demais países do grupo BRICS.

No que se refere aos meios de investigação a pesquisa foi do tipo bibliográfica e documental, pois os principais dados que foram utilizados, como valores de exportações e importações do Brasil com relação aos demais BRICS, estão disponíveis em *sites* do Governo Federal. A maior parte dos dados da pesquisa foram extraídos do *AliceWeb* (*site* do Governo Federal – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior).

Ambas, a investigação bibliográfica e a investigação documental, têm o documento como objeto de investigação. A investigação bibliográfica é a análise de documentos de domínio científico, como livros, periódicos e artigos científicos. Já a investigação documental não se limita a textos escritos e/ou impressos, podendo também ser fonte de pesquisa filmes, vídeos, fotografias ou pôsteres (SÁ-SILVA, *et al*, 2009).

3.2 DEFINIÇÃO DA ÁREA E/OU POPULAÇÃO-ALVO

O estudo foi voltado para a relação comercial do Brasil com os demais países membros do grupo BRICS no período de 2009 a 2012.

O grupo BRICS é formado pelos países Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. O estudo apresentou a relação do Brasil com os demais países membros do grupo através dos dados fornecidos pelo Governo Federal através do *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e também do *AliceWeb*.

3.3 PLANO DE COLETA DE DADOS

Os dados do presente estudo são oriundos de dados secundários, pois estes já estão formalizados e apenas foram sistematizados e analisados.

A técnica da coleta de dados foi quantitativa, a qual tem como característica permitir uma abordagem focalizada, pontual e estruturada, utilizando-se de dados quantitativos (TANAKA; MELO, 2001).

Os dados foram extraídos do *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e *AliceWeb* através de pesquisas de dados relacionados às relações comerciais do Brasil.

3.4 PLANO DE ANÁLISE DOS DADOS

Após a coleta dos dados, extraídos do *site* do MDIC e *AliceWeb*, os mesmos foram analisados a partir da abordagem quantitativa.

A técnica quantitativa objetiva quantificar opiniões e dados por meio de coleta empregada com técnicas estatísticas, como média, moda e desvio padrão (OLIVEIRA, 1999; DIEHL; TATIM, 2004).

No próximo capítulo destacam-se os dados coletados com a pesquisa eletrônica realizada no site do MDIC e ALICEWEB.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

A seguir estão apresentados os resultados obtidos na pesquisa realizada. O estudo está estruturado da seguinte forma: a) apresentação da balança comercial brasileira; b) relação comercial intra BRICS; e c) relação comercial do Brasil com cada país membro do BRICS.

4.1 BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA

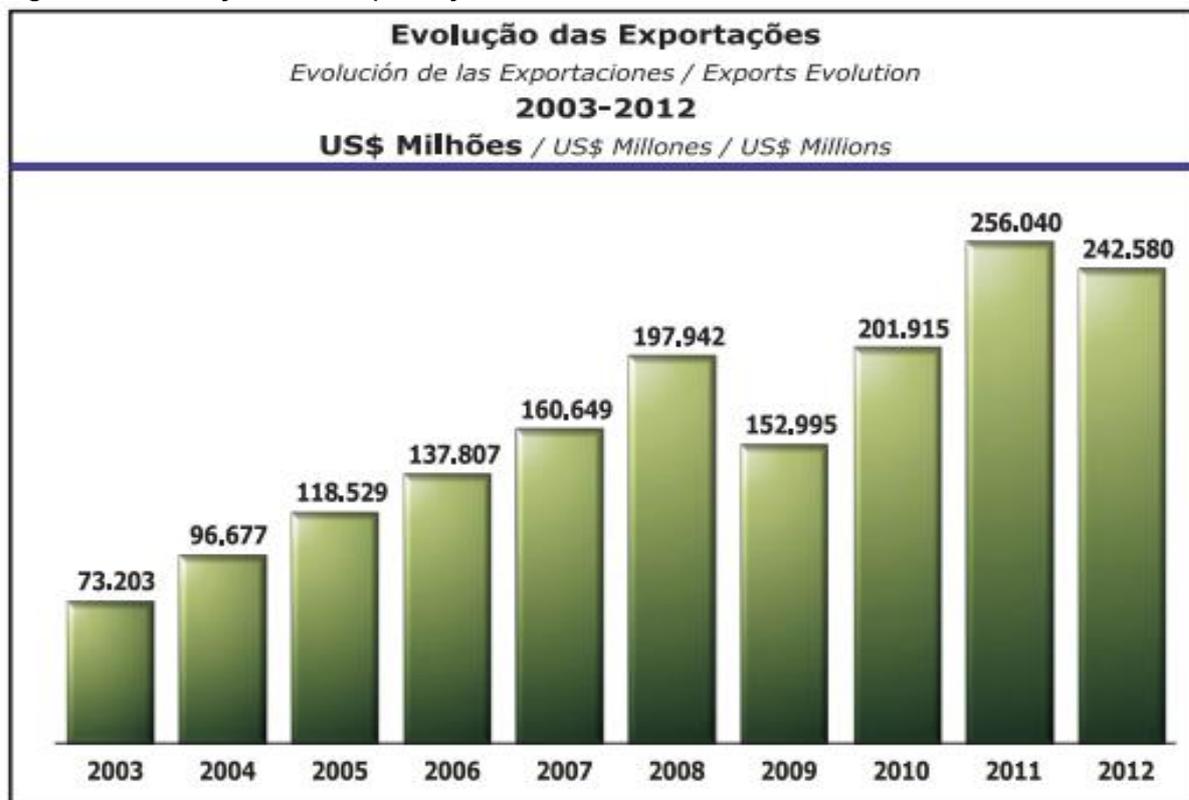
Balança comercial é o nome dado à conta do Balanço de Pagamentos, onde são registrados os valores relativos a exportações e importações entre as nações (DOWBOR, 2012).

A balança comercial também é parte da conta corrente de uma nação, o que inclui os rendimentos a partir das posições de investimento internacionais, bem como a ajuda internacional e outras transações transnacionais. Fatores que podem afetar a balança comercial incluem movimentos da taxa de câmbio, custos de produção relativos entre parceiros comerciais, a disponibilidade de matérias-primas, taxas diversas ou restrições sobre o comércio, a disponibilidade de câmbio adequada ou reservas para pagar as importações e os preços domésticos dos bens que são exportados. *Déficits* comerciais de pequeno porte não são vistos como prejudiciais, mas grandes *déficits* comerciais são vistos como problemáticos para a economia de um país (DOWBOR, 2012).

As exportações brasileiras encerraram o ano de 2012 com valor de US\$ 242,6 bilhões e as importações US\$ 223,1 bilhões, registrando corrente de comércio de US\$ 465,7 bilhões na balança comercial brasileira. Em relação a 2011, as exportações apresentaram retração de 5,3% e as importações de 1,4%. A retração do volume das exportações se deve à queda de 4,9% do índice de preços, devido ao recuo das cotações de *commodities*, principalmente de minério de ferro, em razão do menor dinamismo das economias avançadas. Em volume, as exportações brasileiras mantiveram-se praticamente no mesmo patamar de 2011, com redução de somente 0,3% (BRASIL, 2013).

A Figura 2 apresenta a evolução das exportações brasileiras desde o ano de 2003 até 2012.

Figura 2- Evolução das exportações brasileiras.



Fonte: Brasil (2013).

Como pode ser observado na Figura 2, as exportações brasileiras tiveram valor crescente até o ano de 2008. Em 2009 houve uma redução significativa no valor das exportações, porém em 2010 as exportações voltaram a crescer atingindo seu ápice em 2011, quando o valor chegou a US\$ 256,040 bilhões.

Em 2009 as exportações brasileiras atingiram o valor de US\$ 152,995 bilhões, apresentando uma redução de 22,7%. Essa retração é consequência da crise financeira internacional, que levou a uma depreciação dos preços internacionais de *commodities* agrícolas e minerais e queda da demanda por bens (BRASIL, 2010).

Entre o 1º semestre de 2012 e o 1º semestre de 2013, o intercâmbio comercial brasileiro aumentou 2%, de US\$ 227,4 bilhões para US\$ 231,9 bilhões. Apesar desse aumento no intercâmbio comercial brasileiro, as exportações totais reduziram-se em 2,4%, ao passo que as importações aumentaram 6,7% (BRASIL global net, 2013).

Os grupos de produtos que mais contribuíram para a redução das exportações brasileiras no período foram: óleo bruto de petróleo e produtos de ferro e aço, para os EUA; café, minério de ferro, bombas injetoras de combustíveis,

farinha de soja, para a Alemanha; animais vivos, pneus para automóveis, para a Venezuela; café, minério de ferro, algodão, para a Itália; óleo bruto de petróleo, para o Chile (BRASIL, 2013).

Os principais destinos das exportações brasileiras são China, EUA, Argentina, Países Baixos, Japão e Alemanha (BRASIL, 2013).

A Figura 3 demonstra a evolução das importações brasileiras, no período de 2003 a 2012.

Figura 3 – Evolução das importações brasileiras.



Fonte: Brasil (2013).

As importações brasileiras, assim como as exportações, tiveram número crescente até o ano de 2008. Em 2009 o valor caiu significativamente, em 2010 voltou a crescer e em 2011 atingiu o valor de US\$ 226,246 bilhões.

Em 2009 as importações brasileiras também reduziram. Na comparação com o ano de 2008, as importações tiveram uma retração de 26,2%, consequência da crise financeira internacional iniciada nos EUA (BRASIL, 2010).

Na comparação entre o 1º semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013, as importações brasileiras originárias de seus dez principais parceiros comerciais cresceram do Japão (20%), sobretudo em função do aumento das compras brasileiras de óleo diesel e autopeças, da Argentina (19,5% - máquinas mecânicas; plásticos; produtos hortícolas e suas preparações, frutas); do México

(11,1% - incremento nas aquisições de automóveis, e máquinas elétricas), da China (9,5% - máquinas, produtos químicos orgânicos e automóveis); dos Estados Unidos (8,9% - combustíveis e máquinas); da Coreia do Sul (8,4% - máquinas elétricas, combustíveis, plásticos); da França (8,3% - aquisições de máquinas mecânicas, automóveis e produtos farmacêuticos); e da Alemanha (2,3% - automóveis, produtos farmacêuticos e produtos químicos orgânicos) (BRASIL, 2013).

Nessa mesma comparação (entre o 1º semestre de 2012 e o primeiro semestre de 2013), as importações brasileiras originárias de seus dez principais parceiros comerciais decresceram da Itália (19,5% - automóveis, máquinas elétricas, combustíveis) e da Nigéria (10,1% - óleo bruto de petróleo da Nigéria) (BRASIL, 2013).

Os países dos quais o Brasil mais importa são China, EUA, Argentina, Alemanha, Coreia do Sul, Nigéria e Índia (BRASIL, 2013).

Mais de 50% das exportações brasileiras eram destinadas aos países desenvolvidos até 2005. A partir deste ano, essa tendência foi se revertendo em favor dos países emergentes e em desenvolvimento, que atualmente representam 58,4% do total das exportações nacionais. Pelo lado das importações brasileiras, as estatísticas também sinalizam expansão da aquisição de bens provenientes dos países emergentes e em desenvolvimento, que representaram aproximadamente 51,3% do total, em 2012 (BRASIL, 2013).

4.2 A RELAÇÃO COMERCIAL DO BRASIL COM OS DEMAIS BRICS

As relações comerciais do Brasil com os demais BRICS têm crescido de maneira consistente desde 2001. Mesmo durante a crise financeira internacional, as exportações brasileiras continuaram a crescer com destino a esses países. Para estes países, essas exportações representavam 6,4% do total em 2001 e passaram para 19,7% em 2010 (NETO; DOMINGUES; ANDRADE, 2012).

“A mesma tendência de crescimento é observada nas importações brasileiras, nas quais a participação dos parceiros dos BRICS saltou de 4,7% em 2001 para 17,9% em 2010” (NETO; DOMINGUES; ANDRADE, 2012, p.129).

As nações BRICS mantiveram taxas de crescimento expressivas no período recente e se tornaram polo de expansão do comércio internacional. O crescimento do Brasil, da Índia e da China tem sido notável no século XXI.

Estudiosos apontam esses países como os principais responsáveis pelo desempenho da economia mundial frente a frente a perda da capacidade dos EUA e Europa em definir os rumos do resto do mundo. Outros afirmam que, em poucos anos, o BRICS representará um quinto da economia mundial (SILVA; LIMA; XAVIER, 2010).

A tendência de ampliação do comércio do Brasil com os demais BRICS seguiu forte em 2011. A participação em conjunto de China, Índia, Rússia e África do Sul, pela primeira vez, passou a ser superior que a participação da União Europeia, tradicional principal mercado para as exportações brasileiras, em 2011 (NETO; DOMINGUES; ANDRADE, 2012).

De modo semelhante, a China, Rússia, Índia e África do Sul, representam o segundo principal bloco fornecedor ao Brasil, superando parceiros tradicionais como EUA e MERCOSUL (NETO; DOMINGUES; ANDRADE, 2012).

Entre 2002 e 2012 o intercâmbio comercial do grupo BRICS com o mundo cresceu 485%, de US\$ 1,038 trilhão para US\$ 6,068 trilhões. “Nesse período, as exportações globais do BRICS cresceram 463% e as importações 510%” (BRASIL, 2013).

Na Tabela 4 pode ser observada a evolução do comércio exterior entre os países do BRICS, do ano de 2009 a 2012.

Tabela 4 - BRICS: Evolução do Comércio Exterior Total 2009 – 2012 (US\$ bilhões).

	Exportações	Importações	Int. Comercial	Saldo
2009	1887	1634	3521	253
2010	2464	2237	4701	227
2011	3066	2838	5904	228
2012	3189	2879	6068	310
Total	10606	9588	20194	1018

Fonte: Adaptado Brasil Global Net (2013).

De acordo com a Tabela 4 o intercâmbio comercial entre o BRICS quase dobrou em quatro anos. Em 2009 o intercâmbio comercial intra-BRICS era de US\$ 3.521 trilhões e em 2012 passou para US\$ 6.608 trilhões.

O peso dos BRICS no comércio mundial passou de 9,8% em 1990 para 22,6% em 2008, praticamente o dobro de sua presença no produto total mundial. A presença desses países foi em 2008 mais expressiva nas exportações (11,3% do total mundial) do que como importadores de produtos de terceiros (9,5% das importações totais) (SILVA; PERUFFO, 2012).

No comércio mundial os BRICS representaram 16,3% das exportações e 14,6% das importações, em 2010, segundo a OMC (SILVA; PERUFFO, 2012).

O grande destaque é a China, que multiplicou sua presença enquanto exportadora e importadora. No caso do Brasil, a variação (marginal) foi mais expressiva na sua participação nas importações que nas exportações, refletindo os processos de abertura multilateral e de preferências regionais que tiveram lugar nesse período. De um modo geral, contudo, cabe registrar que os BRICS (com exceção da Rússia) aumentaram sua presença no mercado mundial (BRASIL, 2013).

Se a presença desses países aumentou no cenário internacional, ao mesmo tempo aumentou a participação do setor externo na geração do produto em cada um deles. Essas economias aumentaram em forma significativa seu grau de abertura ao comércio internacional nas últimas décadas (BAUMANN *et al*, 2010).

A comparação entre o 1º bimestre de 2012 e o 1º bimestre de 2013, em relação aos dez principais parceiros comerciais do Brasil, demonstra que as exportações brasileiras reduziram-se significativamente para os Estados Unidos (25%), Países Baixos (15%), Argentina (14%), Alemanha (14%), Venezuela (12%) e China (4%). Os produtos que mais contribuíram para a redução das exportações brasileiras em 2013 foram: (i) Estados Unidos: óleo bruto de petróleo; (ii) Países Baixos: óleo diesel e óleo bruto de petróleo; (iii) Argentina: máquinas e plásticos; (iv) Alemanha: café, bagaços de soja e minério de ferro; (v) Venezuela: carnes e máquinas mecânicas e (vi) China: óleo bruto de petróleo e soja (BRASIL, 2013).

4.2.1 Relação comercial Brasil x Rússia

A estrutura de comércio exterior da Rússia é caracterizada por uma elevada concentração das exportações em recursos naturais – “2/3 do total exportado corresponde a combustíveis e minerais, especialmente petróleo e gás, alumínio, carvão e produtos florestais” (SILVA; PERUFFO, 2012, p.191). Ganham destaque nas importações russas: máquinas e equipamentos, bens de consumo, remédios, carne, açúcar e produtos metálicos semi-acabados. Os principais mercados de destino para as vendas russas se localizam na Europa e Ásia e as importações se originam, principalmente, na Alemanha, China, Ucrânia e Japão. (SILVA; PERUFFO, 2012).

As relações comerciais entre Brasil e Rússia se fortaleceram com o fim da União Soviética (URSS), “com o Brasil sendo um dos primeiros países da América Latina a reconhecer a nova situação jurídico-política da Rússia em 1991, surgindo assim, interesses globais de comércio para ambos” (STAREPRAVO; SAITO; JUNIOR, 2010, p.01).

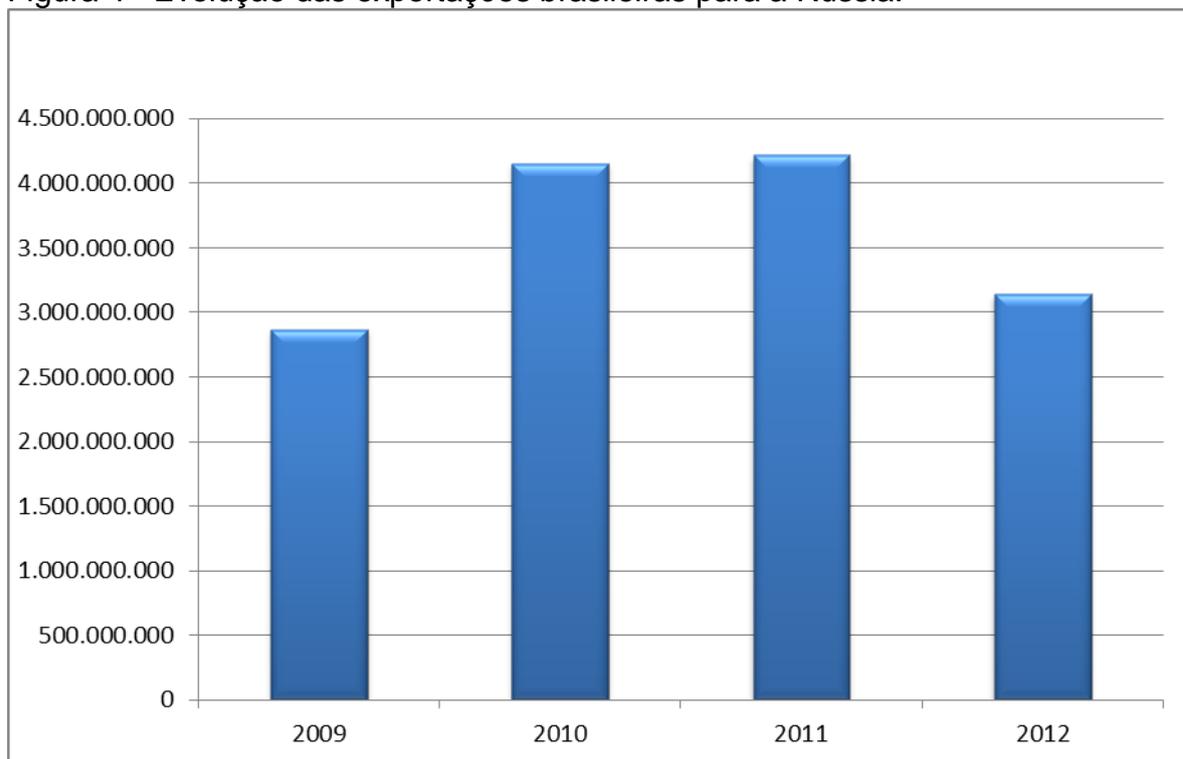
Em termos de volume, as relações comerciais entre Brasil e Rússia têm patamares pouco significativos. Apesar de as exportações brasileiras terem aumentado significativamente entre 2000 e 2008, passando de US\$ 423 milhões para US\$ 4,6 bilhões, este montante caiu em 2009 para US\$ 2,8 bilhões com a eclosão da crise econômica de 2008. Contudo, em 2010 houve uma recuperação e o valor das exportações alcançou US\$ 4,1 bilhões (POCHMANN, 2012).

Nota-se uma elevada concentração da pauta de exportação, cujos principais produtos são agropecuários, como a carne (produto primário) e o açúcar (produto intensivo em recursos naturais) (POCHMANN, 2012). “A carne bovina teve uma redução na importação nos últimos anos por causa de possíveis casos de febre aftosa em alguns rebanhos no sul do Brasil, prejudicando esse comércio” (STAREPRAVO; SAITO; JUNIOR, 2010, p.01). Entretanto, os casos recentes de boicote do frango americano contribuíram para a prospecção de novos aumentos na exportação de carne brasileira e tecnologia do sistema bancário exportada do Brasil (STAREPRAVO; SAITO; JUNIOR, 2010).

As importações brasileiras de produtos russos, por sua vez, concentram-se em matérias-primas para a fabricação de adubos e fertilizantes, alguns tipos de borracha, armas e munições entre outros. Nos primeiros meses do ano de 2010 a relação comercial entre Brasil e Rússia, em comparação ao mesmo período do ano passado, teve uma melhora quanto ao volume de negociações, até porque os países integrantes do BRIC foram menos afetados com a última crise iniciada em 2007 nos EUA e conseguiram se recuperar mais rapidamente (STAREPRAVO; SAITO; JUNIOR, 2010).

Na Figura 4 pode ser observada a evolução das exportações brasileiras para a Rússia desde o ano de 2009 até 2012.

Figura 4 - Evolução das exportações brasileiras para a Rússia.



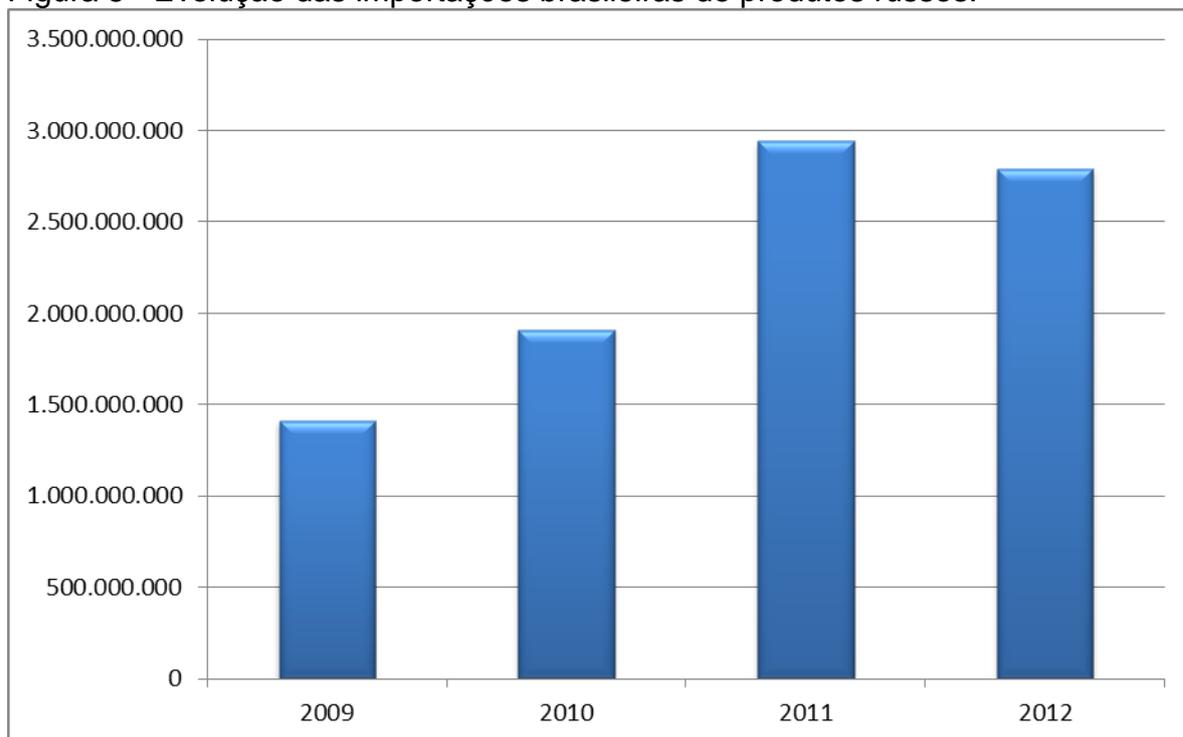
Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

Ao analisar a Figura 4 nota-se um crescimento do valor das exportações até o ano de 2011, quando atinge o valor de US\$ 4,2 bilhões. Porém, em 2012 esse valor caiu para US\$ 3,1 bilhões.

A União Europeia é a principal origem das importações russas. Em 2012, a UE supriu cerca de 34% da demanda local, seguida da Ásia com 30%. “Individualmente, a China foi o principal vendedor para a Rússia, detendo 14,5% do total. Seguiram-se: Alemanha (8,9%); Ucrânia (5,2%); Estados Unidos (3,6%); Belarus (3,4%) e França (3,0%)” (MRE/DPR/DIC, 2013, p.07). O Brasil posicionou-se no 19º lugar entre os fornecedores, com 1% do total (US\$ 3,1 bilhões) (BRASIL, 2013).

A Figura 5 apresenta a evolução das importações brasileiras de produtos russos.

Figura 5 - Evolução das importações brasileiras de produtos russos.



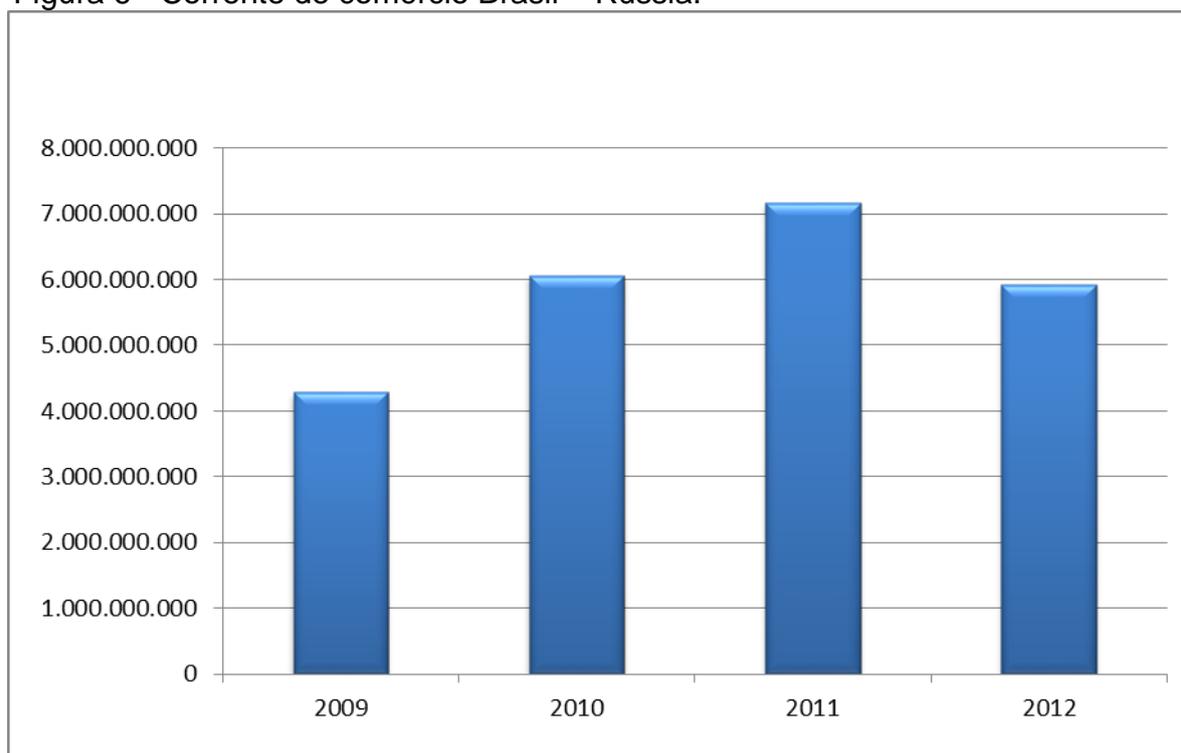
Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

Assim como nas exportações, as importações brasileiras provenientes da Rússia também tiveram valor crescente até o ano de 2011, quando atingiu o valor de US\$ 2,9 bilhões. Em 2012 esse valor caiu para US\$ 2,7 bilhões.

As exportações da Rússia, assim como as importações, são direcionadas, em grande parte, à União Europeia e Ásia. Em 2012, a UE respondeu por 45% das vendas russas, seguida da Ásia, com 24%. Individualmente, os Países Baixos foram o principal destino das exportações russas, somando 14,3% do total, seguidos de China (6,3%); Itália (5,3%); Alemanha (4,4%) e Belarus (3,9%). O Brasil ocupou a 33ª posição entre os importadores do país, com 0,4%. (BRASIL, 2013).

A Figura 6 apresenta a corrente de comércio Brasil – Rússia no período de 2009 a 2012.

Figura 6 - Corrente de comércio Brasil – Rússia.



Fonte: Adaptado AliceWeb (2013).

De acordo com a Figura 6, a corrente de comércio Brasil – Rússia apresentou maior valor em 2011, quando atingiu US\$ 7,1 bilhões.

Em 2012, a Rússia foi o 19º parceiro comercial brasileiro, participando com 1,3% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país reduziu-se em 25,7%, de US\$ 7,99 bilhões para US\$ 5,93 bilhões. No mesmo período, as exportações diminuíram 32,5% e as importações, 16,2%. O saldo da balança comercial favorável ao Brasil em todo o período em análise, registrou superávit de US\$ 350 milhões em 2012 (BRASIL, 2013).

A estrutura de comércio entre os dois países tem sido caracterizada pelo predomínio de produtos primários, de extrativismo mineral ou de produtos industrializados em setores processadores de recursos naturais, do lado das exportações brasileiras, e pela preponderância de produtos químicos, do lado das exportações russas (SILVA; PERUFFO, 2012).

O percentual de participação da Rússia e do Brasil ainda é insignificante. Um dos obstáculos encontrados neste sentido é o protecionismo russo, que vem diminuindo a partir das negociações da Rússia no âmbito da OMC, que obriga o Brasil a diversificar suas exportações. Desta forma a possibilidade de estímulo ao aumento das exportações de carne, café solúvel, e soja, por exemplo, são grandes. Também existe “a possibilidade de um aumento da pauta, com a inclusão de

manufaturados tais como sucos concentrados, têxteis e calçados, e ainda produtos de alto conteúdo tecnológico como aeronaves civis” (STAREPRAVO; SAITO; JUNIOR, 2010, p.01).

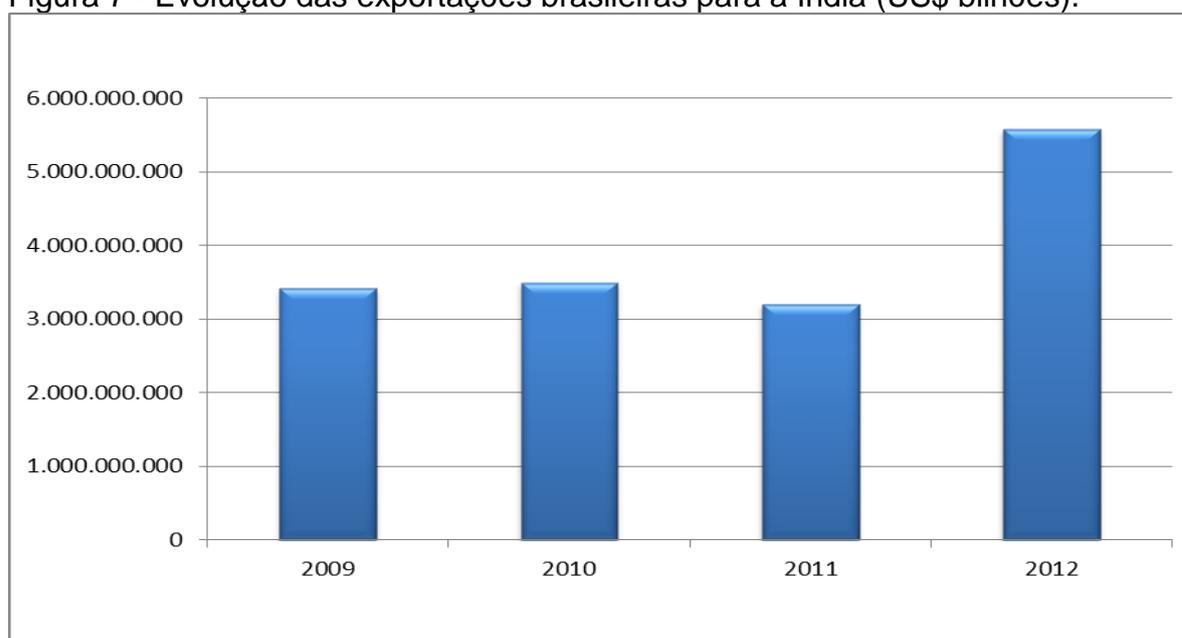
4.2.2 Relações comerciais Brasil x Índia

As relações comerciais brasileiras com a Índia permanecem muito pouco intensas, ao contrário do que a efervescência em torno do acrônimo BRICS poderia levar a crer (POCHMANN, 2012).

Apesar da corrente de comércio entre os dois países ter aumentado quase 16 vezes em uma década – de menos de US\$ 500 milhões em 2000 para cerca de US\$ 7,7 bilhões em 2010 –, a participação da Índia na totalidade do comércio exterior brasileiro alcançou apenas 2% em 2009 e 2010, tendo oscilado em torno de 1% ao longo de quase toda a década. “Além disso, o saldo comercial bilateral em produtos de alta tecnologia foi deficitário para o Brasil ao longo de quase toda a década” (POCHMANN, 2012, p.141).

A Figura 7 apresenta a evolução das exportações brasileiras para a Índia no período de 2009 a 2012.

Figura 7 - Evolução das exportações brasileiras para a Índia (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

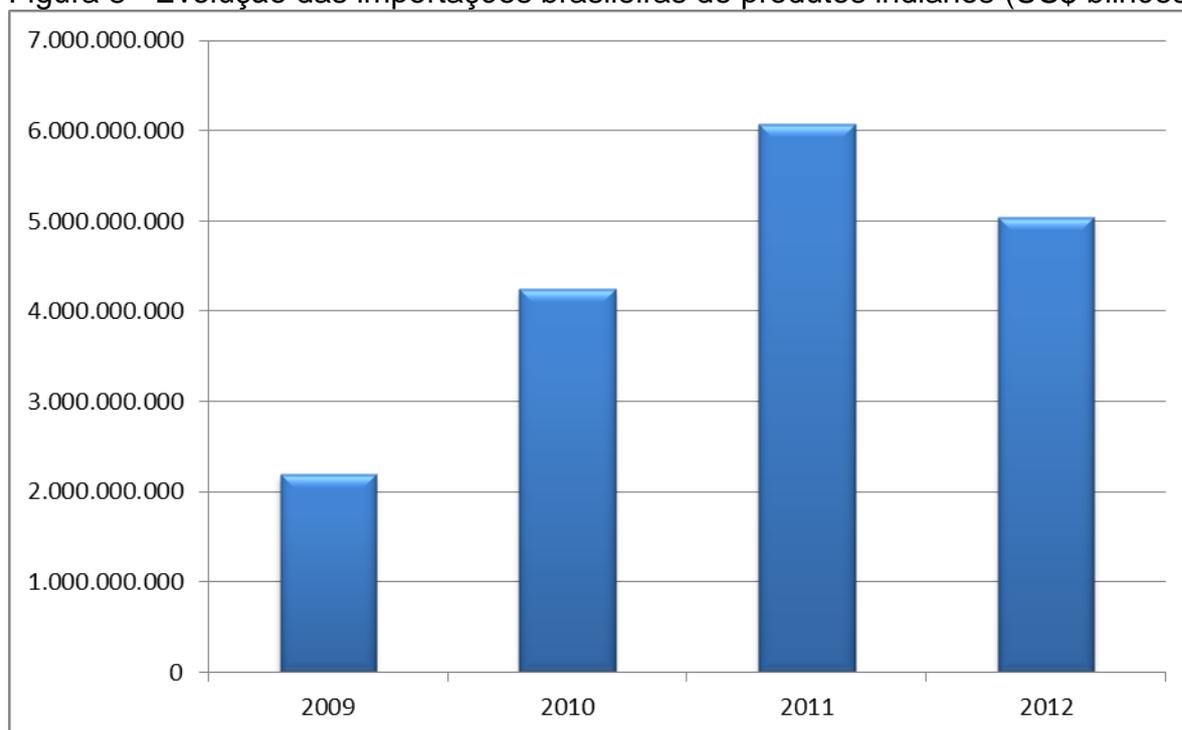
De acordo com a Figura 7 as exportações brasileiras para a Índia tiveram valores próximos nos anos de 2009 e 2010, US\$ 3,41 bilhões e US\$ 3,49 bilhões,

respectivamente. Em 2011 houve uma queda para US\$ 3,2 bilhões e em 2012 as exportações deram um salto, alcançando o valor de US\$ 5,5 bilhões.

Contudo, os países da Ásia foram os principais exportadores de bens para a Índia em 2012, suprimindo 58% da demanda do país. Individualmente, a China foi o principal fornecedor, com participação de 11,1% do total das compras do país, seguida dos Emirados Árabes Unidos (7,7%); Árabia Saudita (6,7%); Suíça (5,9%); Estados Unidos (4,9%); Iraque (4%); Kuaite (3,6%); Catar (3,4%); Alemanha (3%) e Indonésia (2,9%). O Brasil ocupou o 25º lugar, suprimindo cerca de 1,1% do mercado indiano (BRASIL, 2013).

A Figura a seguir apresenta a evolução do volume das importações brasileiras da Índia.

Figura 8 - Evolução das importações brasileiras de produtos indianos (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

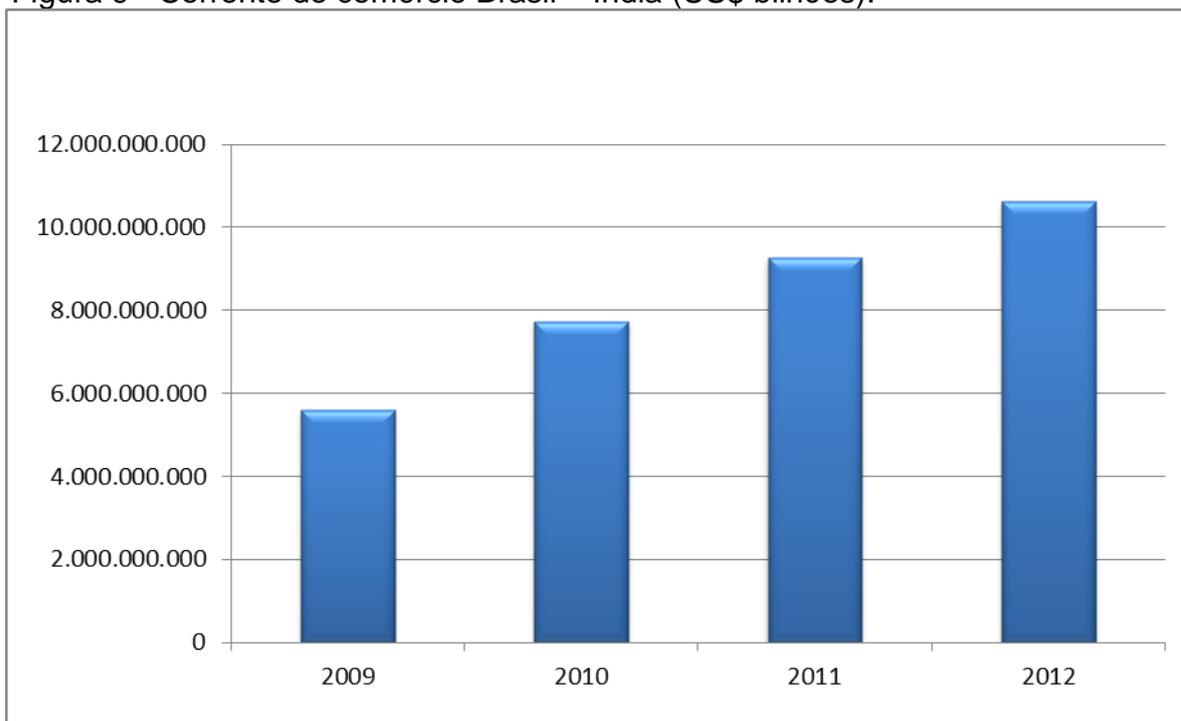
Nota-se, conforme a Figura 8, um crescimento significativo das importações brasileiras providas da Índia até o ano de 2011, onde o valor chegou a US\$ 6 bilhões. Entretanto, em 2012 o valor caiu para US\$ 5 bilhões.

Os vizinhos asiáticos foram os principais importadores das vendas indianas em 2012, absorvendo cerca de 52% das exportações do país. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal destino, com 12,8% do total, seguido dos Emirados Árabes Unidos com 12,4%; China (5,1%); Cingapura (4,7%);

Hong Kong (4,1%); Países Baixos (3,3%); Arábia Saudita (3%); Reino Unido (2,8%); e Alemanha (2,5%). O Brasil obteve o 11º lugar, absorvendo 2,1% das exportações indianas (BRASIL, 2013).

A Figura 9 apresenta a corrente de comércio Brasil – Índia no período de 2009 a 2012.

Figura 9 - Corrente de comércio Brasil – Índia (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado AliceWeb (2013).

Conforme a Figura 9, a corrente de comércio entre Brasil e Índia quase dobrou de 2009 a 2012. Em 2009 a corrente de comércio era de US\$ 5,6 bilhões e em 2012 o valor chegou a US\$ 10,6 bilhões.

A Índia foi o 9º principal parceiro comercial brasileiro em 2012, representando 2,28% do comércio total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país aumentou 127,6%, de US\$ 4,7 bilhões para US\$ 10,6 bilhões. Nesse período, as exportações cresceram 405,9% e as importações, 41,5%. O saldo da balança comercial foi deficitário nos anos de 2008, 2010 e 2011, e superavitário em 2009. Em 2012 apresentou saldo positivo de US\$ 534 milhões (BRASIL, MRE/DPR/DIC, 2013).

4.2.3 Relações comerciais Brasil x China

As relações comerciais do Brasil com a China tiveram crescimento superior à elevação do comércio entre o Brasil e o mundo entre os anos de 2000 e 2010. Entre 2000 e 2010 as exportações brasileiras para a China aumentaram de US\$ 1,1 bilhão (2% do total das exportações do Brasil) para US\$ 30,8 bilhões (15% do total), ao passo que as importações brasileiras da China cresceram de US\$ 1,2 bilhão (2% do total) para US\$ 25,6 bilhões (14% do total). Ao longo desse período, o saldo foi positivo para o Brasil em seis anos (POCHMANN, 2012).

“Em termos de participação, a ascensão da China como parceiro comercial tem surpreendido” (BRASIL, 2013, p. 01). Em 2000, os principais destinos das exportações brasileiras eram EUA, Argentina, Holanda, Alemanha, Japão, Itália, França, Bélgica, México e Reino Unido, os quais respondiam por 66% das exportações brasileiras totais. Em 2010 esse quadro apresentou duas mudanças importantes: maior desconcentração geográfica, com os dez maiores destinos das exportações contabilizando 55,3% e a confirmação da China como maior destino das exportações brasileiras, posição alcançada já em 2009 quando deslocou os EUA, absorvendo 15,2% do total exportado pelo Brasil (BRASIL, 2013).

Entretanto, a pauta de exportações brasileiras vem se concentrando em produtos básicos. “Entre 2000 e 2009, os produtos básicos passaram de 68% para 83% da pauta” (POCHMANN, 2012, p.142). Os produtos que apresentaram a maior participação nas exportações brasileiras, em 2010, foram minérios (40%), oleaginosas (23%) e combustíveis minerais (13%), que juntos responderam por 76% das exportações (POCHMANN, 2012).

Pode-se afirmar que ao longo dos últimos dez anos, para cada dólar que o Brasil adquire de suas exportações para China, 87 centavos vêm de produtos primários e de manufaturas intensivas em recursos naturais; 7 centavos, dos produtos de média intensidade tecnológica; e apenas 2 centavos, das vendas de produtos de alta tecnologia. “Os produtos brasileiros que detêm participações significativas no total das importações chinesas são: fumo (46%), oleaginosas (35%), preparação de hortícolas e frutas (21%), minérios (19%) e pasta de madeira e celulose (12%)” (BRASIL, 2013).

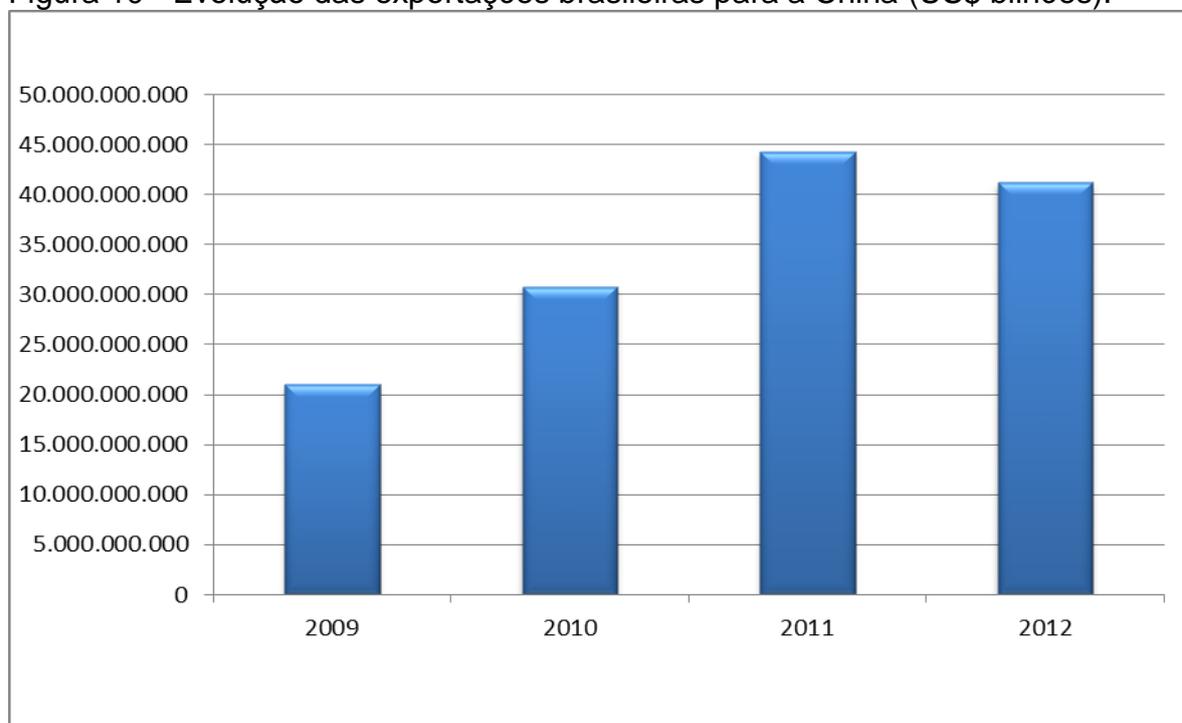
A pauta de importações brasileiras provenientes da China por intensidade tecnológica mostra o seguinte comportamento: “as importações de produtos de alta

tecnologia aumentaram significativamente em termos de valores entre 2000 e 2010, saindo de US\$ 487 milhões em 2000, para US\$ 8 bilhões em 2008 e para quase US\$ 10 bilhões em 2010” (BRASIL, 2013, p.03).

A participação chinesa desses produtos no total importado brasileiro nunca foi menos que 36%, atingindo em 2005 uma participação de mais de 50%. Nos dois últimos anos essa participação tem caído ligeiramente, mas com destaque para o aumento das importações de produtos chineses de média intensidade tecnológica de 16%, em 2000, para 44%, em 2009. Trata-se justamente do segmento em que o Brasil tem mais dificuldade de acessar o mercado chinês por meio das exportações. A mesma tendência tem se manifestado no caso dos produtos de média intensidade tecnológica. As participações dos principais produtos chineses importados pelo Brasil em 2009 foram: máquinas e aparelhos elétricos (33%), caldeiras e máquinas mecânicas (20%), químicos orgânicos (7%). (POCHMANN, 2012).

A Figura 10 apresenta a evolução das exportações brasileiras para a China.

Figura 10 - Evolução das exportações brasileiras para a China (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

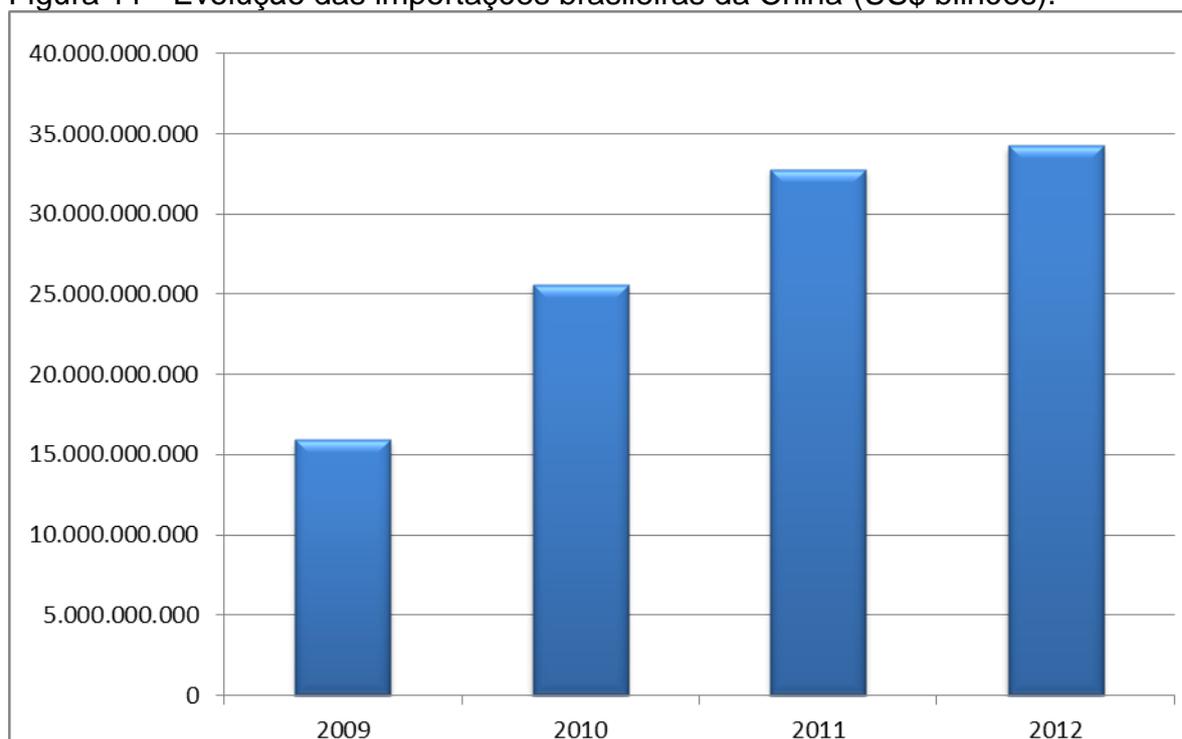
Observando-se os dados da Figura 10, nota-se que as exportações brasileiras para a China dobraram de 2009 para 2011, chegando ao valor de US\$ 44,3 bilhões. Em 2012 esse valor caiu para US\$ 41,2 bilhões.

As importações chinesas também são originárias, em grande parte, dos países vizinhos. Em 2012, a Ásia abasteceu 59% da necessidade de importação chinesa e o Japão foi o principal fornecedor individual, com 10,2% do total, seguido da Coreia do Sul (9,5%); Taiwan (7,6%); Estados Unidos (7,4%); e Alemanha (5,3%). O Brasil foi o 9º principal fornecedor de bens, detendo 3% da demanda importadora chinesa (BRASIL, 2013).

As exportações brasileiras para a China são compostas, em sua maior parte, por produtos básicos, que representaram 82,8% do total em 2012, com destaque para minério de ferro e soja (66%). Destacaram-se também combustíveis (petróleo em bruto) com 11,7%; pastas de madeira (3%); e açúcar (açúcar em bruto), com 2,6% (BRASIL, 2013).

Na Figura 11 está apresentada a evolução das importações brasileiras providas da China no período de 2009 a 2011.

Figura 11 - Evolução das importações brasileiras da China (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

As importações brasileiras de bens chineses dobraram no período indicado na Figura 11. Em 2009, o valor importado pelo Brasil era de US\$ 15,9 bilhões e em 2012 o valor chegou a US\$ 34,2 bilhões.

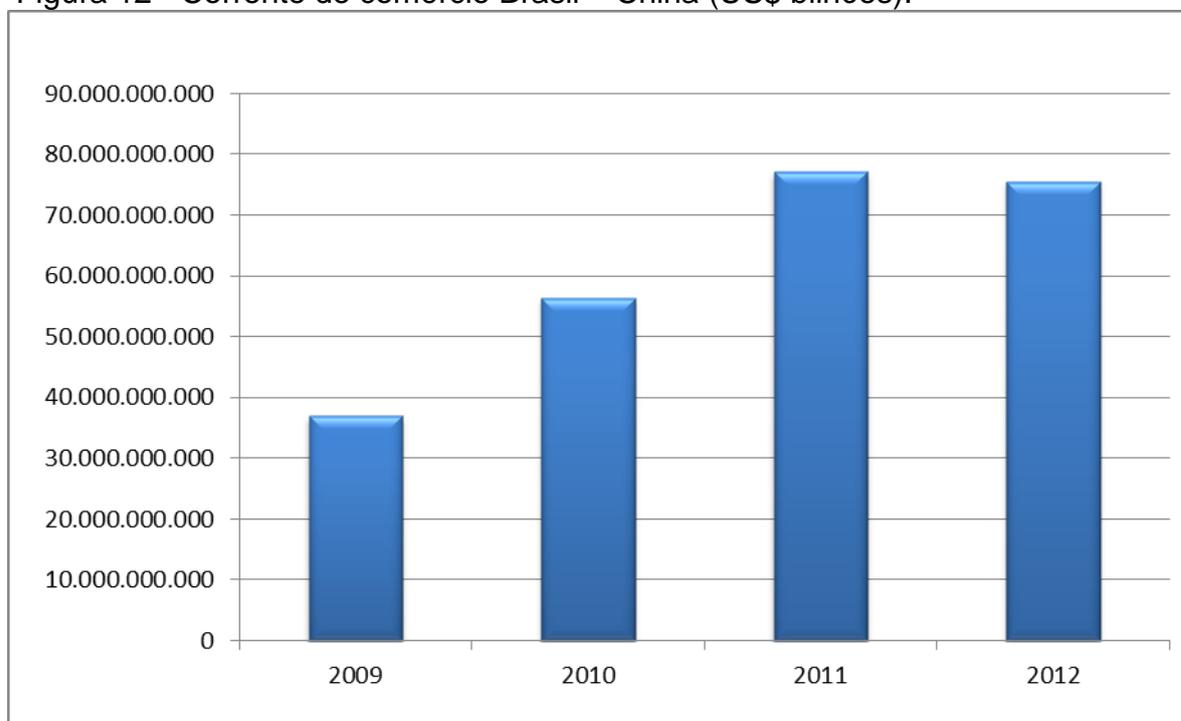
As exportações chinesas são direcionadas, em grande parte, aos vizinhos da Ásia, que responderam por 49% do total em 2012, seguida da América com 25%

e da Europa com 19%. Individualmente, os Estados Unidos foram o principal destino das vendas da China, com 17,2% do total. Seguiram-se: Hong Kong (15,8%); Coreia do Sul (4,3%); Alemanha (3,4%); e Países Baixos (2,9%). O Brasil ocupou o 16º lugar entre os principais destinos das vendas chinesas em 2012, com 1,6% do total (BRASIL, 2013).

A pauta de importações brasileiras provenientes da China é composta, em sua quase totalidade, por produtos manufaturados. Em 2012 os produtos manufaturados representaram quase o total da pauta, 97,6% (destaque para máquinas elétricas e mecânicas). As máquinas elétricas e mecânicas participaram com 51,8% do total (partes de aparelhos de TV; terminais de telefonia celular; circuitos impressos; computadores; aparelhos de ar-condicionado; motocompressores). Destacaram-se também os produtos químicos orgânicos (5,2%); obras de ferro ou aço (2,7%); automóveis (2,7%); e plásticos (2,6%) (BRASIL, 2013).

A Figura 12 apresenta a corrente de comércio entre os dois países no período de 2009 a 2012.

Figura 12 - Corrente de comércio Brasil – China (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

A Figura 12 mostra que a corrente de comércio entre Brasil e China dobrou em 4 anos – de quase US\$ 37 bilhões em 2009 para US\$ 75,4 bilhões em 2012. Porém, o valor mais alto foi atingido em 2011, quando atingiu US\$ 77 bilhões.

A China foi o principal parceiro comercial do Brasil em 2012 e absorveu 16,2% das trocas comerciais brasileiras. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país cresceu 106,4%, de US\$ 36,6 bilhões para US\$ 75,4 bilhões. Nesse período, as exportações cresceram 149,5% e as importações, 70,9%. O saldo da balança comercial no período, apresentou déficit brasileiro somente em 2008, com superávit de US\$ 7 bilhões, em 2012. (BRASIL, 2013).

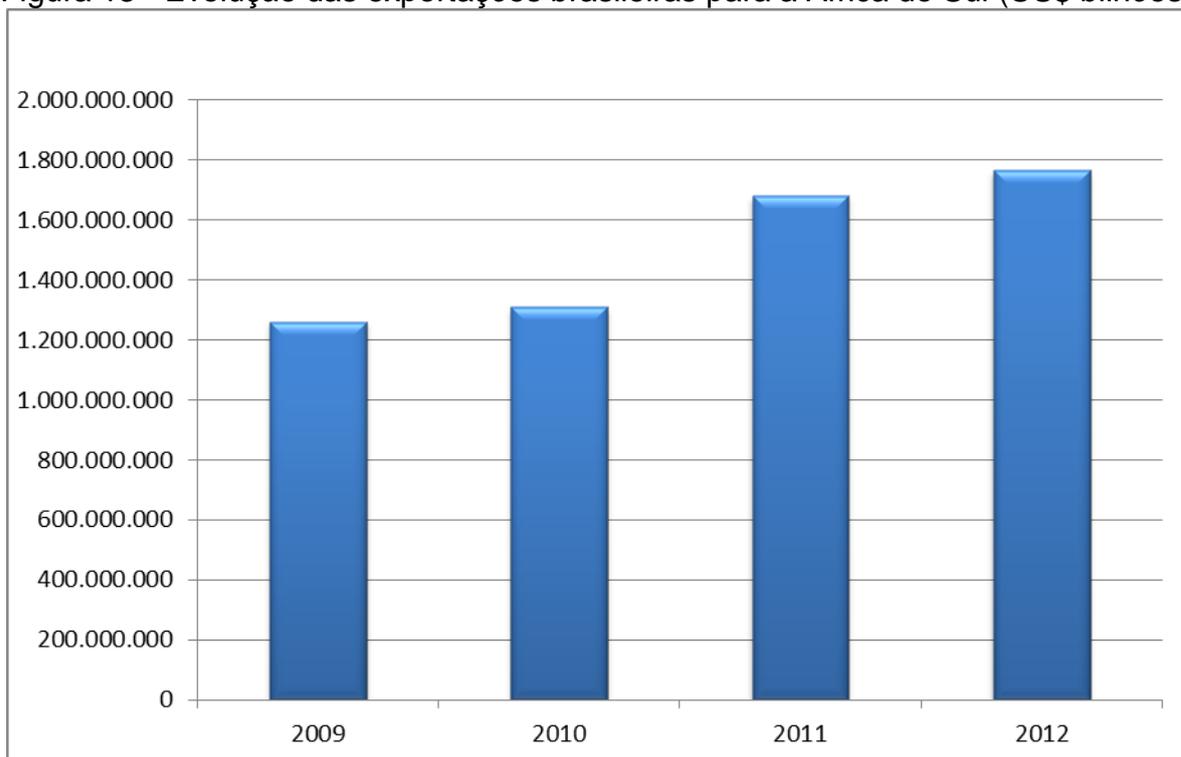
4.2.4 Relações comerciais Brasil x África do Sul

A corrente de comércio com a África do Sul chegou a 1% do total do comércio exterior brasileiro. O volume total do comércio bilateral cresceu, em termos absolutos, em modo contínuo e quase quintuplicado até 2008, ano em que atingiu o valor de US\$ 2,5 bilhões. Contudo, deve-se ressaltar que os efeitos da crise nas relações entre os dois países foram severos, reduzindo o comércio bilateral em um terço de 2008 para 2009. Em 2010 houve recuperação, mas as exportações não alcançaram nem mesmo o patamar obtido em 2007 (POCHMANN, 2012).

A evolução da pauta comercial do Brasil com a África do Sul classificada de acordo com a intensidade tecnológica mostra características interessantes. Nas exportações, percebe-se que na primeira colocação encontram-se os produtos de média tecnologia. Em segundo e terceiro lugares ficaram as manufaturas intensivas em recursos naturais e os produtos primários, respectivamente, durante quase toda a década. “Já as importações foram um pouco menos concentradas, distribuindo-se de maneira razoavelmente equilibrada entre produtos primários, intensivos em recursos naturais e de média tecnologia” (POCHMANN, 2012, p.142).

Na Figura 13 está apresentada a evolução das exportações brasileiras para a África do Sul.

Figura 13 - Evolução das exportações brasileiras para a África do Sul (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

De acordo com a Figura 13 as exportações brasileiras para a África do Sul tiveram uma pequena evolução no período analisado. Em 2009 o valor das exportações foi de US\$ 1,2 bilhão e em 2012 de US\$ 1,7 bilhão. Estes valores mostram que a África do Sul é o país do grupo que o Brasil exporta menos.

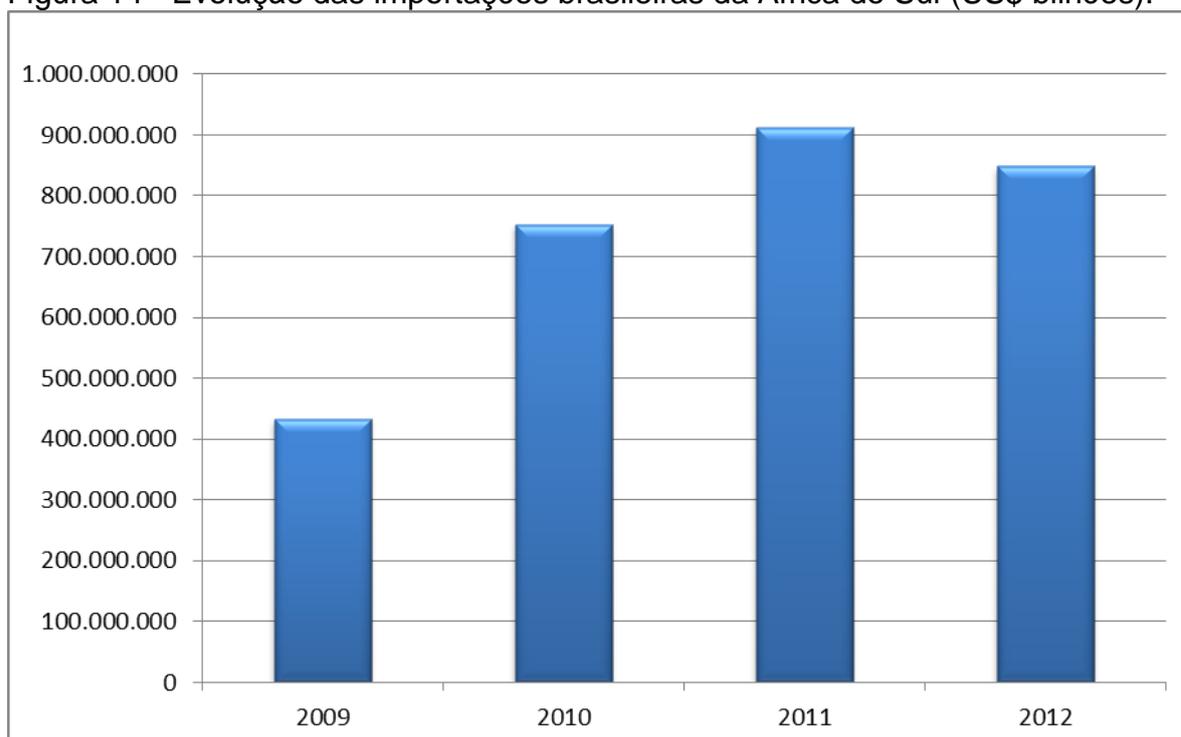
A África do Sul, em 2012, foi o 2º destino das exportações brasileiras entre os países da África, com participação de 14,4% no continente, e o 32º no mundo (BRASIL, 2013).

Das exportações brasileiras destinadas a África do Sul, os automóveis responderam por 23,4%, em 2012. “Em seguida destacaram-se: carnes (basicamente carne de frango) com 10,3%; máquinas mecânicas com 9,8%; açúcar com 8,7%; e pérolas/ouro/pedras com 7,3%” (BRASIL, 2013, p.12).

As importações da África da Sul têm origem diversificada. Em 2012, a China foi o principal fornecedor, com participação de 14,4% do total as compras do país, seguida da Alemanha (10,1%); Arábia Saudita (7,7%); e Estados Unidos (7,4%). O Brasil ocupou o 15º lugar, suprindo cerca de 1,7% da demanda interna sul africana (BRASIL, 2013).

A Figura 14 mostra a evolução das importações brasileiras de bens oriundos da África do Sul.

Figura 14 - Evolução das importações brasileiras da África do Sul (US\$ bilhões).



Fonte: Adaptado de AliceWeb (2013).

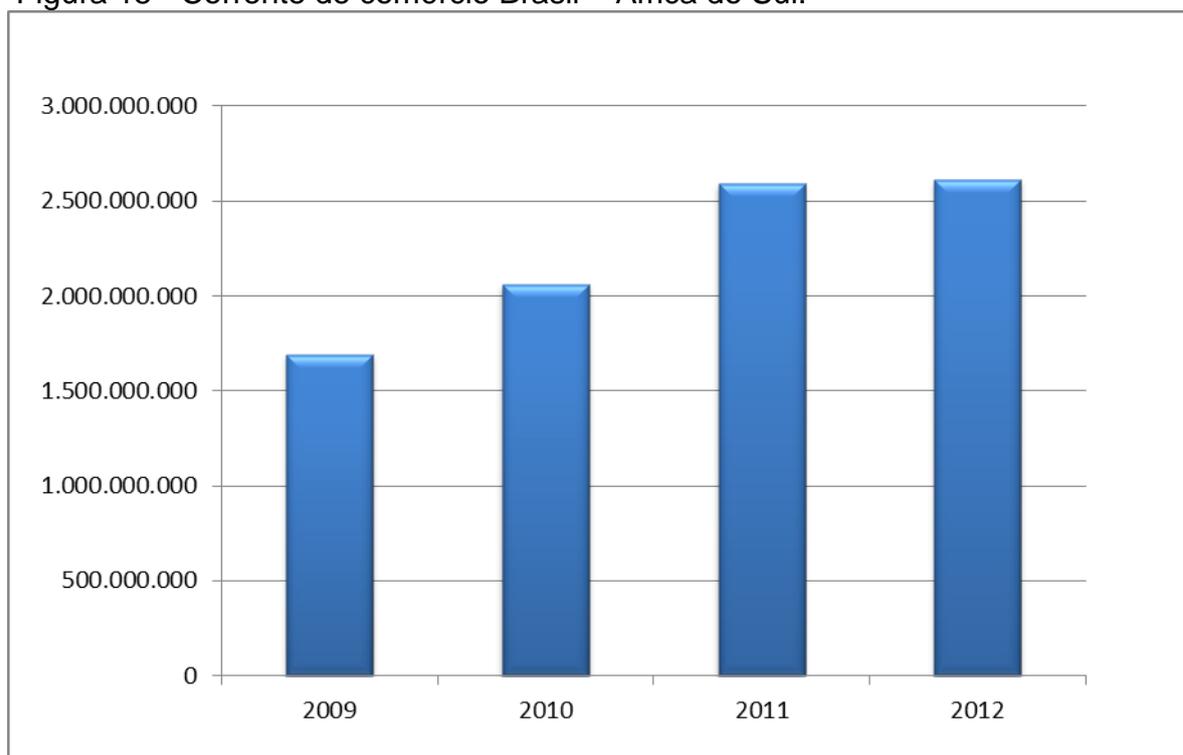
De 2009 a 2011, conforme a Figura 14, as importações brasileiras da África do Sul dobraram durante o período analisado - de US\$ 433 milhões em 2009 para US\$ 911 milhões em 2011. Em 2012 houve uma queda para US\$ 848 milhões.

As exportações da África do Sul são distribuídas em vários mercados. Em 2012, a China foi o principal destino das vendas sul africanas, com 11,6% do total, seguida dos Estados Unidos (8,7%) e Japão (6,2%). O Brasil obteve o 28º lugar, sendo destino de aproximadamente 0,9% do total das vendas sul africanas (BRASIL, 2013).

A pauta de exportações da África do Sul concentrou-se em alguns grupos de produtos, que juntos representaram 55,3% do total importado pelo Brasil em 2012. Foram eles: combustíveis (em sua maioria hulha antracita, não aglomerada) com 19,8%; ferro e aço com 11,5%; diversos de indústrias químicas (basicamente herbicidas apresentados de outro modo) com 11,5%; e plásticos (polipropileno sem carga, em forma primária e copolímeros de propileno, em formas primárias) com 8,3%. (BRASIL, 2013).

A Figura 15 apresenta a corrente de comércio do Brasil com a África do Sul.

Figura 15 - Corrente de comércio Brasil – África do Sul.



Fonte: Adaptado AliceWeb (2013).

De acordo com a Figura 15, a corrente de comércio Brasil – África obteve um crescimento no período de 2009 a 2012 – de US\$ 1,6 bilhão em 2009 para US\$ 2,6 bilhões em 2012.

Em 2012, a corrente de comércio foi de 19,9% maior que em 2011, devido, basicamente, ao aumento das exportações brasileiras. Nesse mesmo ano, a África do Sul foi o 4º parceiro do Brasil entre os países da África (BRASIL, 2013).

A África do Sul foi o 37ª principal parceiro comercial brasileiro em 2012, com participação de 0,56% no total. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou aumento de 3,4%, havendo crescimento de 0,6% nas exportações e 9,6% nas importações. Em valores passou de US\$ 2,5 bilhões, para US\$ 2,6 bilhões. O saldo da balança comercial, favorável ao Brasil em todo o quinquênio analisado, apresentou em 2012, superávit de quase US\$ 917 milhões (BRASIL, 2013).

5 CONCLUSÃO

Neste trabalho foi apresentado o processo de desenvolvimento do grupo BRICS, a balança comercial brasileira e as relações comerciais do Brasil com os demais BRICS.

Existe um crescimento nas relações comerciais do Brasil com os demais países BRICS, porém este crescimento é pouco significativo, com excessão das relações com a China. Em dez anos (2002 a 2012) o intercâmbio comercial do Brasil com os demais BRICS cresceu mais de 1000%. Contudo, a maior participação no aumento desse intercâmbio comercial vem das relações do Brasil com a China, que, dentre os países BRICS, é o principal parceiro comercial do Brasil. Em 2012 a China absorveu 16,2% das trocas comerciais brasileiras e 80% do intercâmbio comercial Brasil-BRICS.

A pauta de comércio do Brasil com os BRICS é dissonante. De modo geral, o Brasil exporta bens primários e semimanufaturados e importa manufaturados com maior tecnologia. A competitividade brasileira no setor de *commodities* (baixo valor agregado) tem pressionado cada vez mais o perfil da pauta exportadora para esses produtos, pois são os negócios imediatos mais rentáveis no Brasil. A questão é que isso pode, no médio e longo prazos, dificultar ou até bloquear, os anseios brasileiros de integrar-se ao mundo desenvolvido tecnologicamente.

Conseqüentemente, o Brasil atravessa um momento onde existe grande necessidade de importações de produtos de alto valor agregado para suprir a escassez da produção de bens industrializados, especialmente os de alta tecnologia. Atualmente, este espaço é ocupado pelos exportadores chineses reconhecidamente de grande competitividade. Portanto, a necessidade de modificações nas políticas internas brasileiras com respeito à promoção de políticas que facilitem o desenvolvimento de indústrias que se disponham a produzir produtos de alto valor agregado é imperativa.

Para sequenciar o estudo em questão, sugerem-se as seguintes linhas de pesquisa para estudos futuros:

- a) Políticas externas brasileiras relacionadas ao BRICS;
- b) Análise da evolução das relações comerciais do Brasil com os BRICS;

c) Análise dos fatores que dificultam maior interação comercial entre o Brasil e os BRICS;

Por fim, cabe destacar que o estudo cumpriu com seus objetivos e pode-se afirmar que tanto o Brasil quanto os demais membros do grupo BRICS devem considerar uma abertura maior para negociações no âmbito comercial visando ampliar seus mercados e desenvolver suas economias.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O desenvolvimento do Mercosul**: progressos e limitações. Rev. Espaço da Sophia. 2011. ISSN: 1981-318X). Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2013.

BAUMANN, Renato. **O Brasil e os demais BRICS**: comércio e política. Brasília: CEPAL/IPEA, 180p. 2010.

_____. ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. **As relações comerciais do Brasil com os demais BRICS**. CEPAL/IPEA. 2010. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/2/38552/LCBRSR221AsRelacoescomerciaisdoBrasilcosdemaisBRICs.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2013.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **África do Sul**: dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais. Brasil Global Net. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDAfricanosul.pdf>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. _____. **BRICS**: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/agrupamento-brics>>. Acesso em: 22 nov. 2013.

_____. _____. **China**: dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais. Brasil Global Net. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDChina.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. _____. **Declaração de e-Thekwini**. Março de 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/v-cupula-do-brics-durban-27-de-marco-de-2013-declaracao-de-ethekwin>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. _____. **Declaração de Sanya**. Abril de 2010. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/documentos-emitidos-pelos-chefes-de-estado-e-de-governo-pelos-chanceleres>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. _____. **Eventos no âmbito do BRICS – de 2006 a 2013**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas-mais-informacoes/saiba-mais-bric/eventos-bric-2006-a-2010>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. _____. **Guia de negócios – África do Sul**. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/Publicacoes/ComoExportar/GuiasNegocioAfrica/GNAfricaSul.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. _____. **Índia**: dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais. Brasil Global Net. 2013. Disponível em: <

<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDIndia.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. _____. **Rússia:** dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais. Brasil Global Net. 2013. Disponível em: <<http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDRussia.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Balança Comercial Brasileira:** dados consolidados. 2012. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1365787109.pdf>. Acesso em: 09 out. 2013.

_____. _____. **Evolução do comércio exterior brasileiro e mundial.** Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1486&refr=608>>. Acesso em: 22 set. 2013.

CARDOTE, Leonardo Fernandes Rodrigues. **A crise econômica de 2008:** a interdependência econômica e as mudanças no regime financeiro internacional. Revista de Direito da UNIGRANRIO. v.2, n.2, 2009. ISSN: 1984-7920. Disponível em: <<http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/rdugr/article/viewFile/880/570>>. Acesso em: 23 set. 2013.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica.** 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill, 1983. 248 p.

_____. **Metodologia científica.** 4.ed. São Paulo: Makron Books, 1996. 209 p.

CORREIA, Antonio; ROSA, Rui. **O comércio internacional.** Instituto Politécnico de Coimbra. 2006, 13 p.

CUNHA, Moreira *et al.* **A ascensão da China depois da crise financeira global:** uma perspectiva brasileira. Porto Alegre: UFRGS/FCE/DERI, 2012, 95p. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/fce/wordpress/wp-content/uploads/2013/06/TD16_cunha_et al.pdf>. Acesso em: 22 set. 2013.

DOWBOR, Ladislau. **O Brasil na economia internacional.** São Paulo; Atlas, 2012.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão.** Petrópolis: Vozes, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LAMY, Pascal. World Trade Organization: Annual Report 2009. World Trade Organization, Geneva, 2009. p. 10-11. Disponível em : <http://www.wto.org/english/res_e/publications_e/wtr09_e.htm>. Acesso em: 15 nov. 2012.

MACINTYRE, David Ewing Archibald. A Importancia dos ambientes no processo de internacionalização das empresas. **Pretexto: Belo Horizonte**, v.6, n.2, p. 11-20, dez. 2005.

MALUF, Sônia Nagib. **Administrando o comércio exterior do Brasil**. São Paulo: Aduaneiras, 2003.

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de marketing**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MORAES, Thiago de; MORINI, Cristiano. **Panorama recente das exportações brasileiras**. 2006. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/mostraacademica/anais/4mostra/pdfs/274.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

NETO, João Augusto Baptista; DOMINGUES, Gustavo Cupertino; ANDRADE, Alisson Braga. **O Brasil, os demais BRICS e a agenda do setor privado**. p.127-137. 2012. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf#page=31>>. Acesso em: 07 nov. 2013.

OLIVEIRA, Maria Aparecida C. **Ações políticas do BRICS: agenda convergente?** Brasília. 2012. 40 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisa, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira, 1999. 320 p.

PIRES, Verônica M. S. **O Brasil dos BRICS: mecanismos de compreensão acerca da condição de potência emergente no atual sistema internacional**. Julho de 2011.

POCHMANN, Marcio. **Relações comerciais e de investimentos do Brasil com os demais países do BRICS**. Brasília. 2012. 139-152.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, p. 76-97, 2003.

REIS, Danilo; ASSUNÇÃO, Isadora; LEMOS, André. **Cooperação Internacional: A Influência Dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China E África Do Sul) Na Construção Da Atual Política Externa Brasileira**. Connexio-Issn 2236-8760, v. 2, n. 2, p. 9-20, 2013.

REIS, Maria Edileuza Fontenele. Mesa Redonda: o Brasil, os BRICS e a agenda internacional. **BRICS: Surgimento e Evolução**. Brasília: FUNAG. 344 p. 2012.

RIBEIRO, Elton Jony J.; MORAES, Rodrigo Fracalossi. **Boletim de economia e política internacional**. Brasília: Ipea. Dinte, 2012.

RORATTO, Renato Paulo. **Comércio exterior I**. 2ed. Disponível em: <http://busca.unisul.br/pdf/80208_Renato.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013

SALA, José Blanes; GASPAROTO, Ana Lúcia. **Relações Internacionais: polaridades e novos / velhos temas emergentes**. Marília: Unesp – Oficina Universitária, 2010. 240 p.

SÁ-SILVA, Jackson R.; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. **Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas**. Revista Brasileira de História e Ciências Sociais. São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009.

SILVA, André Luiz Reis; PERUFFO, Luíza. **O impacto da crise internacional no comércio do Brasil com os BRICS (Rússia, Índia, China e África do Sul)**. Austral? Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais. v.1, n.2, p. 177-210. 2012.

STAREPRAVO, Irene; SAITO, Priscila; JUNIOR, Walcir Soares. **Brasil – Rússia: Comércio Internacional e expectativas futuras no BRIC**. Curitiba: FISC, 2010.

TANAKA, Oswaldo Y.; MELO, Cristina. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente - um modo de fazer**. São Paulo: Edusp, 2001.

VARTANIAN, Pedro Raffi; CASSANO, Francisco Américo; CARO, Abrão. **Análise do processo de internacionalização dos países do BRIC com o uso do índice de Grubel e Lloyd**. São Paulo: Internext, v.8, n.2, p.83-98, 2013.